



Índice

- 01** Aty Guasu: Informes da visita e das reuniões com Maria Rita Kehl, da Comissão da Verdade, de 8 a 10/11*
- 02** Governo suspende demarcação de terras indígenas no sul, por Elaine Tavares
- 03** Bacia do rio Negro entra no mapa de hidrelétricas na Amazônia
- 04** Morosidade governamental agrava ilícios ambientais na TI Manoki e indígenas iniciam reação.
- 05** Pelo Direito à Resistência, Audiência debate retomada Tupinambá no RJ, no dia 14/11, às 14h, na Aldeia Maracanã
- 06** Advogados populares debatem defesa de movimentos sociais e direitos humanos em encontro nacional no Rio Grande do Sul
- 07** PA – MPF apura impactos do aumento do nível de água do reservatório da hidrelétrica de Tucuruí
- 08** MPF realiza audiência pública sobre regularização de terras quilombolas
- 09** MPF apura danos causados pelo aumento da cota de 72 para 74 metros do reservatório da hidrelétrica de Tucuruí
- 10** Povo Munduruku do Tapajós anuncia nova instância de representação
- 11** “Governo Dilma é omissa e negligente com os povos indígenas”, diz bispo



- 12 [CEAO – Centro de Estudos Afro-Orientais: Programação de Novembro](#)
- 13 [MPF manda Federal apurar morte de índios](#)
- 14 [Médicas cubanas são recebidas por índios tupinambás em área de conflito no sul da Bahia](#)
- 15 [Médicas cubanas 'provocam' fim de protesto de índios na Bahia](#)
- 16 [Índios reclamam da organização dos jogos](#)
- 17 [ÍNDIOS ADIAM PROTESTO PARA RECEBER MÉDICAS CUBANAS](#)
- 18 [No CE, índios e fazendeiros brigam por área de quase 6 mil hectares](#)
- 19 [Por ordem nacional, índios ameaçam enfrentar “milícia” de fazendeiros](#)
- 20 [Entre índios e fazendeiros, a promessa do Governo Federal](#)
- 21 [Polícia Federal envia equipe para Miranda para acalmar ânimo entre índios e fazendeiros na região](#)
- 22 [MPF requisita investigação acerca da morte de três índios Tupinambás no sul da Bahia](#)
- 23 [Fugindo do preconceito mulheres indígenas discutem seu papel no mundo](#)
- 24 [Parceria garante plantio na Reserva Indígena de Dourados](#)
- 25 [Competição atrai olhares da imprensa mundial para Cuiabá](#)
- 26 [Campanha quer diminuir violência contra mulheres indígenas rarámuris](#)
- 27 [Matis exibem ritual](#)
- 28 [Desocupação de área indígena contabiliza morte de 25 pais de família](#)



-
- 29** Índia bailarina emociona espectadores ao dançar nos Jogos dos Povos Indígenas, em Cuiabá
 - 30** Sem muita organização, Jogos Indígenas tem muitas reclamações
 - 31** Produtores impedem invasão a tiros e trator é queimado na porta de fazenda
 - 32** III Fórum de Educação Quilombola discute estruturações de ações educacionais
 - 33** Urgente: No MS, fazendeiros atiram contra indígenas, incendeiam trator e expulsam comunidade Terena

Aty Guasu: Informes da visita e das reuniões com Maria Rita Kehl, da Comissão da Verdade, de 8 a 10/11*

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.11.2013



Maria Rita Kehl ouve e anota as denúncias dos Kaiowá, Guarani e Terena

Entre os dias 08 e 10 de novembro de 2013, Dra. Maria Rita Kehl, da Comissão Nacional da Verdade, ouviu e registrou diversos relatos dos indígenas Guarani e Kaiowá.

Os indígenas idosos(as) narram para a Comissão Nacional da Verdade as formas das expulsões de indígenas Guarani e Kaiowá de suas terras tradicionais, relatam as violências praticadas pelos fazendeiros e políticos contra os indígenas Guarani e Kaiowá. Essas expulsões, despejo dos indígenas, violências contra os indígenas perduram a até os dias de hoje, há mais de 50 anos. Os mandantes e autores dos crimes não são punidos até hoje, por isso fazendeiros e políticos continuam massacrando e matando os Guarani e Kaiowá.

Uma das áreas em litígio visitada pela Dra. M. Rita Kehl, hoje 10/11, um dia depois da visita, foi ameaçada de morte coletiva pelos homens das fazendas e usina de álcool. O ataque à comunidade Guarani e Kaiowá do acampamento Apyka'i-Dourados evidencia que as violências contra os indígenas permanecem, desde 1950, 1960, 1970, 80, 90 até 2013. Pedimos a investigação e punição aos mandantes e autores do crime.

No dia 08/11/2013, a comunidade Guarani e Kaiowá do tekoha YVY KATU-JAPORÃ-MS [e Terena] receberam a Dra Maria Rita Kehl, da Comissão Nacional da Verdade. Os povos Guarani, Kaiowá e Terena relataram à Comissão Nacional da Verdade, que os povos indígenas do MS sofrem violências do Estado, Justiça brasileira e dos fazendeiros/políticos.

CONT.



"No MS, nós povos nativos originários dessa terra estamos resistindo para sobreviver", afirmam os líderes dos povos Guarani, Kaiowá e Terena. Indígenas pediram à Dra Rita Kehl para entregar à presidenta DILMA que os povos indígenas estão resistindo a violências promovidas pelo Estado, Justiça e pelos fazendeiros: "Estamos e iremos resistir às violências da justiça".

As lideranças indígenas falaram para a Comissão da Verdade: "em nossas próprias terras tradicionais, há várias décadas, sofremos massacre, genocídio, violências tanto pelo governo da ditadura militar como pelo governo democrático, até hoje, para nós indígenas não muda nada".

"As violências são estimuladas pelo próprio governo e pela justiça. O poder do Estado brasileiro é racista e discrimina os povos indígenas, como o delegado federal Alcídio de Souza Araújo". "Os mandantes e autores dos crimes e violências contra os indígenas têm ser punidos e investigados" pediram a comunidade Guarani, Kaiowá, Terena.

RESISTÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS DO MS, GUARANI, KAIOWÁ E TERENA



Maria Rita Kehl fala aos Guarani, Kaiowá e Terena

*Com base nos Informes e fotos postados por Aty Guasu (Tania Pacheco).

Governo suspende demarcação de terras indígenas no sul, por Elaine Tavares
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.11.2013



Elaine Tavares – Palavras Insurgentes

Áreas indígenas já definidas e prontas para serem demarcadas na região do Rio Grande do Sul e Santa Catarina tiveram sua legalização suspensa pelo governo de Dilma Rousseff. Rapidamente a presidente rendeu-se aos argumentos dos agricultores, que realizaram um protesto ontem (06 de novembro), fechando estradas no sul e exigindo do governo a suspensão do processo. Nunca um protesto foi tão efetivo em tão pouco tempo. Segundo Dilma, novos estudos serão feitos nas áreas. Com isso, ela pretende aliviar o clima de tensão que existe hoje no sul. Aliviar para quem? Essa seria a pergunta crucial!

Na queda de braço entre proprietários de terra e indígenas, raramente os indígenas saem vencedores. Roubados de suas terras desde a invasão em 1500, sistematicamente os povos originários foram sendo atacados, dizimados e humilhados. Na região sul do Brasil, boa parte dos povos autóctones que viviam no litoral se deslocaram para o interior, juntando-se a outras etnias que ali já viviam, como os kaingang e os xokleng. Já no século 18, com a abertura de caminhos para a passagem das tropas que iam e vinham de São Paulo ao Rio Grande, então Província de São Pedro, os indígenas enfrentavam os brancos em batalhas fortuitas.

Mas, foi só no século XIX, com o processo de migração de famílias europeias, que todos esses grupos começaram a enfrentar com mais frequência a captura, assassinato e consequente tomada das terras. No caso da região que hoje configura o oeste de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, essa nunca foi uma terra sem gente, daí a necessidade de uma política de extermínio por parte do governo. Tudo isso foi levado a cabo. Os chamados “bugres” eram caçados como bichos e os que não aceitavam a “civilização” eram mortos.

CONT.



Os poucos que sobraram foram sendo confinados em aldeias, onde permanecem até hoje, tutelados e tratados como seres de segunda categoria. Considerados naquele então um obstáculo para o “crescimento econômico” do estado e do país, eles passaram de legítimos donos das planuras a quase mendigos. Com o passar do tempo, esses indígenas que resistiram ao massacre foram sendo esquecidos. Cada imigrante que chegou para “desbravar” o interior foi cercando a área onde fincou raízes e as terras começaram a ser tituladas. O que era campo de liberdade para os originários passou para a “propriedade” de alguns.

Esse deve ser o caso das mais de 30 mil famílias – segundo Fetrat-Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Sul) – que vivem em terras já definidas como indígenas no Rio Grande do Sul e das outras 300 famílias que ocupam área indígena em Santa Catarina. Possivelmente todas essas famílias que hoje vivem na área que foi delimitada como “terra indígena” compraram suas propriedade de boa fé, têm escritura e tudo mais. Só que os indígenas também reivindicam esse território desde a invasão. Logo, se for aplicada a Justiça, não pode haver dúvidas de que quem ocupava o território primeiro eram os povos originários.

O debate que as entidades que representam os agricultores fazem é que a maioria dessa gente é pequeno produtor e não sabe fazer outra coisa na vida que não seja plantar. Sem as terras, eles morrem. O argumento é forte, mas se for aplicado aos indígenas, também deveria ter a mesma força. As famílias originárias que hoje reivindicam a área passaram gerações e gerações sofrendo o assassinato, a fome, a miséria, o medo, o terror. Da mesma forma que as famílias – hoje novas proprietárias – também nada mais gostariam de fazer na vida do que viver em paz na sua terra, onde possam plantar e cuidar dos filhos. Qual a diferença, então, entre os dramas?

As áreas no Rio Grande e Santa Catarina já foram vistoriadas e passaram por um longo processo de estudos e burocracias. Está mais do que provado de que são terra originária, portanto é de direito que sejam devolvidas aos indígenas. Mas, agora, o governo diz que vai fazer novos estudos. Paz para os agricultores, mais dor para os índios.

O fato é que com a demarcação as famílias que compraram as terras, muitas delas com registro desde o ano de 1919, não ficariam desamparadas. Todo o processo de demarcação garante indenização àqueles que, de boa fé, compraram terras indígenas. É certo que a situação causa sofrimento a quem construiu toda uma vida num lugar. Esse é o drama da maioria das famílias de agricultores que, com a decisão, precisariam mudar de lugar e até de cidade. São dramas humanos que não podem ser diminuídos. Mas, humano por humano, os indígenas também vivem mergulhados no drama. E, diferentemente das famílias que puderam viver em paz, plantando e comerciando seus produtos por anos e anos, os indígenas tiveram de passar todo esse tempo em aldeias mal arranjadas, muitas vezes passando fome e sem poder garantir de maneira autônoma sua existência.

Conforme reportagem produzida por Ibiapaba Netto, em 2008, na revista Planeta (leia aqui), a história da compra dessas terras segue a rota do roubo perpetrado pelo próprio estado ao longo do processo de colonização. Segundo ele, as vendas das terras, na parte catarinense, foram feitas pela Companhia Territorial Sul Brasil, que era um braço privado dentro do estado.

CONT.



Era a empresa que fazia as vendas para os imigrantes que chegavam da Europa acreditando entrar numa terra vazia. Daí que a lógica seria garantir às famílias, hoje proprietárias, uma indenização que cobrisse todo o patrimônio e não apenas as benfeitorias. Afinal, a maioria dessa gente foi enganada pelo próprio estado. Sendo assim, a batalha que hoje está sendo travada entre os índios e os agricultores tem vítimas dos dois lados.

O governo, que deveria assumir a responsabilidade por todo esse imbróglio criado há séculos, acaba por fomentar ainda mais a separação dos dois grupos que se enfrentam como inimigos. E, agora, com a suspensão da demarcação, bota ainda mais lenha na fogueira. Se diminui a tensão entre os agricultores, aumenta no lado indígena. Talvez aposte na fragilidade dos originários que, comparados aos atuais donos das terras, seguem em absoluta desvantagem, seja no campo jurídico, na correlação de forças e no imaginário coletivo.

Desde o início do processo de luta por demarcação das terras originárias, todos os dias, as emissoras de televisão regionais e estaduais disseminam o ódio aos índios. Em quase todas as notícias relacionadas com o tema, os indígenas aparecem como os "invasores", os "vagabundos", os que querem "impedir o progresso", os "selvagens" que não precisam de terras porque não trabalham. Esse estereótipo do índio está consolidado no imaginário popular e segue sendo fortalecido pelas usinas ideológicas que são os meios de comunicação. Daí ser tão difícil fazer o debate sobre o tema de forma tranquila.

Criou-se na maioria da população, que é não-índia, a ideia de que os índios não precisam dessas terras, que deveriam se contentar com suas reservas e as cestas básicas dadas pelo governo. É, na verdade, a continuidade, a perpetuação da ideia primeira dos portugueses e espanhóis que aqui chegaram e passaram por cima das milhares de criaturas que eles acreditavam não ter alma por não falarem sua língua nem viverem da mesma maneira que os europeus.

Toda a cultura indígena foi ignorada, bem como a própria humanidade de cada um dos primeiros moradores dessas terras. Aparentemente, apesar das atitudes caridosas eventuais, é o que boa parte da população segue pensando com relação aos índios. São nada, coisas descartáveis, gente não-produtiva, atrapalhos à nação.

No oeste de Santa Catarina essa é a realidade que os xingua e os kaingang vivem desde há séculos. Hoje, muitos deles vagueiam sem rumo pela região, trabalhando de boia-fria, enquanto outros se submetem a humilhação das reservas que não oferecem muita condição de vida digna. Mas, ao que parece, poucos estão interessados nessa realidade. A mídia regional, bem como as forças políticas aliadas ao poder dominante insistem em tornar mais "triste" o destino daqueles que perderão suas terras para entregá-las ao que nominam como "meia dúzia de índios".

Ora, como fazer uma competição para saber qual sofrimento é maior? Haveria ganhadores? Aquele que sofre entende sua dor como a maior do mundo. Não é o caso de fazer concorrência. O fato é que existe uma dívida histórica do estado com relação aos povos indígenas e também com as famílias de agricultores. E o estado deveria fazer tudo para sanar essa dívida sem fazer chantagem com os mais fracos, sem fomentar o preconceito.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2013

Brasília, 12 de novembro de 2013.

Também é importante ressaltar que, na maioria dos casos envolvendo demarcação, os "opositores" não são os pequenos produtores de boa-fé. Mesmo no Rio Grande e em Santa Catarina, muito do que comanda a "luta" anti-demarcação é ação dos grandes fazendeiros e do setor de especulação sobre a terra. No Mato Grosso do Sul, por exemplo, os indígenas precisam enfrentar a sanha de jagunços a soldo dos latifundiários, que matam, violentam e ameaçam as famílias de índios que vivem nas beiras de estradas.

E como se isso não bastasse, ainda enfrentam a Justiça, que está sempre do lado dos fazendeiros, e as ameaças de uso da Força Nacional para a realização dos despejos de áreas ocupadas pelos indígenas. Porque índio quando está quieto é queridinho, mas se ousa levantar-se em luta passa a ser só mais "terrorista, baderneiro" como qualquer outro militante social. Sobre esses dramas a mídia comercial não fala.

Sobre essas ações violentas, assassinatos e jagunçagem, nenhuma linha nos jornais. E é assim que vai se formando a opinião pública contra as demarcações. Porque no mundo capitalista não dúvidas de alguns são sempre mais iguais que outros. E assim, a dor! ...

A única saída possível é a indenização justa a quem comprou terra de boa-fé e a urgente demarcação das terras indígenas para que essa gente que anda vagando pelos caminhos desde o fatídico 1500 encontre finalmente morada e possa viver sua vida em paz.

Bacia do rio Negro entra no mapa de hidrelétricas na Amazônia

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.11.2013



Por Elaíze Farias, em Amazônia Real

A bacia do rio Negro, no Estado do Amazonas, entrou no mapa de hidrelétricas na Amazônia do governo federal. Desde julho deste ano, a empresa IGplan Inteligência Geográfica Ltda, cuja sede é em Curitiba (PR), realiza levantamento na área. A empresa foi contratada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Conforme contrato firmado com a EPE, a IGplan realizará em 360 dias “serviços técnicos especializados para elaboração de estudos para o diagnóstico socioambiental e dos usos múltiplos da água da bacia do rio Negro”. O estudo, chamado de pré-inventário, tem orçamento de R\$ 1 milhão. O levantamento, segundo o edital da EPE, abrange “desde a região das cabeceiras inseridas no território nacional até a confluência com o rio Amazonas”.

A nascente do rio Negro é na Colômbia e sua foz é na capital amazonense, Manaus. O Negro é considerado o segundo maior rio do mundo em volume de água, atrás do rio Amazonas. Suas corredeiras, contudo, estão localizadas apenas nas cabeceiras, localizadas no Alto Rio Negro, fronteira do Brasil com a Colômbia, onde estão situadas várias terras indígenas e unidades de conservação. O local também é rico em substâncias minerais, como ouro e nióbio. O principal município do Alto Rio Negro é São Gabriel da Cachoeira (a 858 quilômetros de Manaus), onde 90% da população são indígenas.

CONT.



No mês passado, IGplan e EPE solicitaram da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (Foirn) um "banco de dados" com informações sociais, ambientais e demográficas. O pedido não foi atendido, segundo Nildo Fontes, da etnia tukano, e um dos diretores da Foirn.

Em entrevista ao Amazônia Real, Fontes disse que o pedido "chegou por email e de surpresa" e deixou os indígenas apreensivos com a possibilidade de construção de uma hidrelétrica na região. Ele afirmou que a Foirn ainda está estudando se responde ou não o pedido de informações das empresas.

"Chegou para a Foirn uma solicitação sem muita clareza, mas nos pareceu um projeto pronto para ser implementado e executado. O pedido está na nossa assessoria jurídica para avaliação", disse Fontes.

O diretor da Foirn afirmou que a realização do estudo é "uma preocupação a mais" que os indígenas do Alto Rio Negro terão que enfrentar. "Uma das nossas maiores preocupações atuais é o projeto de regulamentação de mineração em terra indígena. Agora nos surpreendemos com esse estudo para a possível construção de hidrelétrica", disse Fontes.

Fontes disse que o pedido de informações também foi enviado para o Instituto Socioambiental (ISA), organização que desenvolve trabalho junto aos indígenas do Alto Rio Negro. O Amazônia Real tentou falar com a assessoria jurídica do ISA, mas esta não retornou ao contato feito por telefone e por email.

Inviável

O cientista Philip Fernside, que há vários anos vem estudando os impactos de hidrelétricas na Amazônia, disse ser "inviável" uma hidrelétrica na bacia do rio Negro.

"O rio é muito profundo. Só restariam as corredeiras do Alto Rio Negro, mas ali não tem grandes centros urbanos e demandaria custos altos. Agora, obviamente dizer que isto é inviável não quer dizer muita coisa, pois sobre Balbina (hidrelétrica que abastece Manaus) se dizia a mesma coisa e ela foi construída", disse.

Segundos dados da Foirn, a região do Médio e Alto Rio Negro tem 30 milhões de hectares de extensão. Desta área, 11 milhões de hectares são demarcados como terras indígenas ocupadas por 23 grupos étnicos das famílias Tukano Oriental, Arawak e Maku. É a área de maior diversidade indígena e linguística do país.

Oficina em Manaus

No início do mês passado, EPE e IGplan realizaram em Manaus uma oficina intitulada "Indicação de Alvos e Metas de Conservação na Bacia do Rio Negro". No convite enviado para especialistas em fauna e flora que atuam no Amazonas, as empresas informam que um dos

CONT.



objetivos do evento é o “mapeamento de áreas críticas para conservação da biodiversidade na bacia através da metodologia do Planejamento Sistemático da Conservação”.



Mapeamento vai realizar diagnóstico socioambiental e de usos múltiplos da Bacia. (Foto: Acervo Foirn)

Um dos participantes da oficina que pediu para não ter seu nome publicado nesta matéria disse ao *Amazônia Real* que o representante da EPE informou que o estudo feito pela IGplan é um pré-inventário cujo objetivo é analisar relevo e hidrometeorologia do Alto Rio Negro. Um mapeamento das faixas de fronteira em escalas menores já estaria sendo realizado pelo Exército com o objetivo de ajudar no pré-inventário. O levantamento também avaliaria melhor o potencial dos afluentes do rio Negro.

“O representante da EPE nos disse que após todos esses levantamentos o Ministério de Minas e Energia vai definir se haverá abertura para realizar inventários e estudos de viabilidade. A EPE admite que o entrave é justamente as terras indígenas e o isolamento da área que geraria problemas logísticos para escoar a energia gerada para outras regiões”, disse o participante.

Durante a oficina, o representante da EPE também teria informado que outras bacias já estão sendo avaliadas. Uma delas é a do rio Branco (afluente do rio Negro) onde o inventário foi aprovado e a fase atual é de avaliação de potencial. A etapa seguinte é uma decisão política do governo federal.

“Na minha opinião, apesar da presença de corredeiras, construir barragens naquela área do Negro é inviável, sem falar que é tudo terra indígena. Talvez para as pequenas barragens sim, mas não é essa a intenção da EPE, que quer exportar energia para fora da Amazônia. A área não tem aptidão para receber grandes empreendimentos. O problema é que este governo está numa busca ensandecida por potencial energético na Amazônia que não me surpreenderia se alguma hidrelétrica fosse construída naquela região”, disse.

O portal também apurou que a EPE tentou realizar inventários em afluentes do rio Negro localizado no território demarcado dos índios yanomami, mas estes não deixaram.

O *Amazônia Real* entrou em contato com a direção da IGplan, mas esta orientou o portal a procurar a EPE. Apesar dos contatos por telefone e por email, a EPE não atendeu pedido de informações e de entrevista feito pelo portal.

Procurada pelo portal, a assessoria de imprensa do Exército disse que se manifestaria até nesta segunda-feira (11).

Morosidade governamental agrava ilícios ambientais na TI Manoki e indígenas iniciam reação.

SÍTIO OPAN, 11.11.2013

Por: Andreia Fanzeres/OPAN



Toreiros interceptados durante monitoramento Manoki. - Foto de Arquivo do povo Manoki.

Brasnorte, MT - Duas carretas abarrotadas de toras foram interceptadas por 20 guerreiros indígenas durante o monitoramento regular que realizam no interior da Terra Indígena Manoki, no último dia 2 de novembro. Elas transportavam madeira retirada ilegalmente por meio de uma ponte que dá acesso ao município de Nova Maringá, local em que os indígenas afirmam ser o destino da serragem das toras. A ponte, reconstruída clandestinamente por madeireiros, foi desta vez incendiada pelos Manoki na tentativa de impedir a entrada de mais invasores em seu território.

De acordo com os indígenas, havia pelo menos 15 pessoas no acampamento dos madeireiros, que portavam armas de fogo e consumiam drogas dentro da TI Manoki. "Eles estavam armados e nos ameaçaram", conta um integrante da expedição de monitoramento.

O desmatamento, os incêndios e a retirada ilegal de madeira na Terra Indígena Manoki têm sido crimes fartamente denunciados, inclusive com apoio de registro fotográfico e filmagens, permitindo a qualquer autoridade identificar locais, veículos e autores. Mas, apesar de tanto material comprobatório quanto a gravidade das agressões, pouquíssimas providências foram tomadas até agora.

Entre os dias 23 e 25 de setembro, representantes Manoki estiveram em Brasília, em um encontro junto à Funai, pedindo ações imediatas para a finalização do processo de regularização fundiária, que depende neste momento da homologação da terra indígena, com indenização de ocupantes de boa-fé e desintrusão. "Eles prometeram que em 30 dias iriam até a nossa comunidade verificar tudo com os próprios olhos, mas não apareceram e não fizeram nada", conta o cacique-geral Manoki, Manoel Kanunxi.

No dia 5 de setembro de 2013, após verificação de degradação e abertura de novas estradas para o escoamento de madeira, líderes da comunidade Manoki protocolaram junto ao Ministério Público Federal, Ibama, Polícia Federal e Funai as imagens e informações detalhadas sobre tais ações. Uma semana depois, os índios voltaram para os locais explorados pelos invasores e flagraram a movimentação de caminhões toreiros com placa de Feliz Natal – outro município

CONT.

que figura entre os líderes de desmatamento ilegal em Mato Grosso – e outros sem qualquer identificação ou condições regulares de trafegabilidade, em plena atividade.



Madeireiros continuam a saquear TI Manoki, apesar de denúncias aos órgãos oficiais.
Foto de Arquivo OPAN

Segundo os indígenas, naquela interceptação os motoristas dos caminhões declararam que quem vende a madeira retirada da TI Manoki pertence ao grupo Machadinho, com fazenda próxima à localidade de Posto Norte, entre os municípios de Brasnorte e Campo Novo do Parecis, pela BR-170. Eles filmaram um desmatamento com cerca de três quilômetros de extensão por 450 metros de largura. "A ponte sobre o rio Membeca, que liga nossa terra à Nova Maringá, também foi reconstruída pelos madeireiros". No local onde os Manoki pretendiam fundar uma nova aldeia e havia até julho deste ano bastante mata, os indígenas encontraram a área totalmente degradada.

Eles também flagraram uma pousada-pesqueiro em operação às margens do rio do Sangue, dentro da terra indígena. "Vimos mais de cinco áreas de extração de cascalho no norte da TI Manoki, além de muito fogo". Tudo isso demonstra que a demora do governo em homologar a Terra Indígena Manoki tem comprometido a integridade de seu território tradicional e acirrado os conflitos, expondo a comunidade Manoki a mais ameaças. "Quinze, vinte ou trinta anos é uma vida. Ninguém pode esperar tanto tempo para dar seguimento a seus projetos. Quanto mais tarde a tomada de decisão, mais perdas ocorrem e mais complexa e cara se torna a solução", afirma o coordenador geral da OPAN, Ivar Busatto."

Processo lento

A Terra Indígena Manoki tem 252 mil hectares e está demarcada desde 2008. Os indígenas cobram celeridade no processo de homologação diante do agravamento dos conflitos provocados pela demora na finalização do processo legal de reconhecimento do território indígena. Segundo o coordenador regional da Funai em Juína, Antônio Carlos de Aquino, estava prevista para 2013 a realização do inventário patrimonial das benfeitorias de boa-fé na Terra Indígena Manoki – etapa necessária para identificar quem ocupou a terra indígena após sua identificação, no ano 2000, e quem tem direito a receber indenização. "Íamos fazer o levantamento em agosto, setembro e outubro, estava tudo pronto", conta. Segundo ele, a Funai respondeu aos índios que está sofrendo um contingenciamento generalizado de recursos, razão pela qual não pôde tomar providências.

No dia 17 de maio de 2013, o juiz federal da 21ª vara do Distrito Federal, Hamilton de Sá Dantas, deferiu o pleito de duas associações de produtores rurais de Brasnorte (Santo Expedito e Água da Prata) para a suspensão do processo administrativo que versa sobre a regularização

CONT.



da Terra Indígena Manoki. O magistrado se baseou no entendimento do Supremo Tribunal Federal no caso da petição 3388 (homologação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima), que “vedava a ampliação de terra indígena já demarcada”, considerando que a TI Manoki seria a ampliação da TI Irantxe, onde a comunidade atualmente vive em sete aldeias. No entanto, o processo de identificação e demarcação da TI Manoki é distinto da Irantxe, tendo já sido há muito superado o período regulamentar de contestação dentro do trâmite administrativo.

“Estamos respeitando a decisão da Justiça, que paralisou o processo de homologação da nossa terra. Enquanto a questão está parada, os madeireiros não podem continuar explorando e desmatando. Nós sempre respeitamos e aguardamos a Justiça. A Funai está recorrendo. Mas está tudo sendo destruído enquanto isso e não recebemos resposta nenhuma depois de tantas denúncias. Por isso estamos agindo com as nossas próprias mãos. Cadê a SEMA e o Ibama para fazer vistoria aqui?”, reclama o cacique Manoel Kanunxi.

Pelo Direito à Resistência, Audiência debate retomada Tupinambá no RJ, no dia 14/11, às 14h, na Aldeia Maracanã
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.11.2013

Aldeia Maracanã lança consulta à população sobre o Direito à Terra, à Cultura, à Liberdade e à Resistência dos povos indígenas e de grupos sociais minorizados e criminalizados no Estado do Rio de Janeiro.



Foto: R. Vasconcelos / Coletivo Mariachi

Por Fernando Tupinambá Soares, em Coletivo Mariachi

A Audiência Pública será nesta quinta, a partir das 14h, no prédio do antigo Museu do Índio, entre as ruas Mata Machado e Radial Oeste (Pres. Castelo Branco), no Maracanã. São três os temas elencados: 1. As remoções, detenções, perseguições e prisões arbitrárias no RJ; 2. Demarcação e Regularização Fundiária da Aldeia; 3. A constituição participativa da primeira Universidade-Aldeia Indígena de Popular do Brasil.

Este evento faz parte de um processo de consulta feito pela Aldeia lançado, simultaneamente, em Brasília e no Rio de Janeiro, na primeira semana de outubro, na Semana de Mobilização Nacional Indígena, com repercussão em todo país. O abaixo-assinado em apoio à luta da Aldeia, pela revogação da 'venda ilegal' do patrimônio imaterial indígena da Aldeia, pelo

CONT.



reconhecimento e reparação da comunidade contra a violência do Estado praticada na remoção da Aldeia, em 12 de janeiro e 22 de março de 2013, pela regularização fundiária da Aldeia como reserva indígena, pela constituição da primeira universidade-aldeia indígena no Brasil, entre outras reivindicações, de caráter nacional, da causa indígena, contou com o apoio de milhares de pessoas, organizações e movimentos indígenas e populares no Brasil e em todo o mundo.

Esta Audiência é mais uma etapa de um processo maior. Os próximos passos serão a realização de uma Audiência pela Justiça Federal, e de um Congresso Indígena e Popular Internacional, que deverá debater a importância e a formação desta universidade, e deverá ocorrer no início do ano que vem, conforme estima a resistência da Aldeia. "Estamos buscando apoio para a realização deste encontro", conta Ash Ashaninka, do movimento Acampamento Indígena Revolucionário.

"Já nos reunimos com lideranças como o Cacique Raoni, e de várias etnias e movimentos indígenas e sociais, promovemos encontros com especialistas com a Prof. Dra. Catherine Walsh, da Universidade Andina Simón Bolívar e parte de um grupo latino-americano que promove o debate sobre a formação de espaços de formação superior indígena no continente. Entre outros processos de formação que estamos constituindo, na luta indígena e popular.

Esta universidade já é uma realidade. Mas, enfrentamos um estado fascista, que nos expulsou, nos violentou e tem nos perseguido. A terra da Aldeia foi roubada, parte dela foi cimentada. Espaços que contam momentos de espiritualidade importantes da vida dos aldeados foram pavimentados sem qualquer respeito. Por isto precisamos da ajuda de todas para concretizarmos esta luta, que é de toda sociedade", convoca Ash.

Segundo o advogado da Aldeia, Arão da Providência Guajajara: "Estamos solidários à luta de toda a sociedade contra a produção de um Direito de Exceção, contra a perseguição, detenção e prisão política, pela anistia irrestrita e reparação aos defensores de direitos humanos que têm sofrido nas ruas e prisões devido à violência do Estado. Esta Audiência também trará esta discussão, pois sabemos a importância dos movimentos para a causa da Aldeia e por que o movimento indígena também é vítima deste estado.", revela.

Arão foi impedido de exercer adequadamente sua função como advogado indígena, durante o processo de remoção da Aldeia pela Polícia Militar, no dia 22 de março. Ele foi preso, levado à força para o chão, quando sua cabeça pisada contra o asfalto pelo coturno de um PM. Ele foi detido e obrigado a ficar algemado.

Junto a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Arão move uma ação de desagravo contra o governador Sérgio Cabral, contra o Comando da PM e contra o Juiz Marcos Abraham, pela abuso da violência contra os índios e pelo descumprimento dos ritos judiciais na remoção da Aldeia.

Segundo José Guajajara, uma das principais lideranças indígenas do movimento de retomada tupinambá do Rio de Janeiro:

CONT.



“o direito indígena é um direito ancestral, é o direito dos povos! Ele consagra o direito de resistência. E, em perspectiva histórica, de retomada. Os Tupinambás não foram extintos, nós Tenetehara (Guajajara), os Guaranis, entre outros tantos, somos descendentes diretos do povo Tupinambá, isto para não falarmos da retomada Tupinambá propriamente dita, como em São Paulo e em Salvador. Nós falamos a sua língua. A região do Maracanã, o litoral do RJ, entre outros, era ocupado pelo nosso povo. Sofremos a covardia do projeto capitalista-colonial. O povo Tupinambá se dividiu pelo interior do Brasil afora, mas ainda resiste, estamos na alma dos povos de língua Tupi, mas também dos povos nativos, que aqui existiam antes da chegada do colonizador. A Aldeia Maracanã é um território ancestral do povo Tupinambá. E sua retomada é uma ação direta dos povos indígenas de retomada do que é seu por direito, como consagração, pela luta, do direito dos povos. Enquanto este direito não é reconhecido, requeremos o reconhecimento da Aldeia como reserva de uso e gestão público-comunitária indígena e recusamos qualquer forma de privatização deste espaço”.

“Existem dezenas de milhares de indígenas vivendo em ambiente urbano, sem condições de exercer sua cultura. Estão constrangidos, são moradores de favelas e periferias, que têm sua identidade negada. A Aldeia Maracanã é um espaço de afirmação da cultura indígena e não de exposição. Um espaço de reunião cultural, espiritual, de trocas, de aprendizado e de resistência.”, conta Potira Krikati, uma das organizadoras do Círculo Feminino Sagrado na Aldeia, que reúne mulheres de diversas etnias para debater a condição feminina, promover ações de mútua ajuda, e de a luta da mulher contra a opressão.

“Nós, do Movimento Indígena de Renovação e Reflexão do Estado do Amazonas, oferecemos nosso apoio incondicional e concreto, na luta cotidiana, à luta da Aldeia, como uma luta nossa, por entendermos a importância desta universidade para a luta indígena, para cada resistência. Esta luta não é só dos movimentos indígenas, que têm declarado seu apoio, mas também da sociedade como um todo, daqueles que entendem a importância da causa indígena para a preservação e para a qualidade de vida de todos no planeta. Professores da academia, instituições com a Justiça Global, sindicatos, como a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior-ANDES, e movimentos populares combativos, como a Frente Independente e Popular, entre outras, estão neste movimento.”, complementa Paulo Apurinã.



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2013

Brasília, 12 de novembro de 2013.

Advogados populares debatem defesa de movimentos sociais e direitos humanos em encontro nacional no Rio Grande do Sul

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.11.2013



Advogados populares de todo o País se reunirão esta semana, entre os dias 14 e 17, para a realização do XVII Encontro da Rede Nacional, em Porto Alegre (Rio Grande do Sul), com homenagem ao advogado popular Jacques Alfonsin. O encontro é espaço de aprofundamento jurídico, de avaliação da atuação técnico-política e de articulação.

Um dos principais temas do encontro deste ano é a crescente necessidade de defesa dos movimentos sociais e populares que reivindicam direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais.

O evento reunirá profissionais que atuam em todo o País, principalmente os ligados à luta pela terra (urbana e rural, causas ambientais, indígenas, quilombolas, população negra, de mulheres e de proteção à criança e adolescente). Também participarão representantes de movimentos sociais, de universidades e dos poderes Legislativo e Executivo. Patrick Mariano, da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL/MJ) participará do debate do terceiro dia de evento, que discutirá a criminalização dos movimentos sociais (Teoria do domínio do fato; tipificação do terrorismo; black blocs etc.)

Confira abaixo a programação completa do XVII Encontro da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (Renap):

1º Dia: 14/11/2013 – Salão Negrinho do Pastoreio – Palácio Piratini

18 horas - Credenciamento

18h30

- Abertura Oficial do Evento

Mesa:

Representante da Rede Nacional de Advogados Populares (Renap)

Tarso Genro – Governador do Estado do Rio Grande do Sul

Representantes dos movimentos sociais para saudação de abertura ao evento (MST, MAB, MPA, CPT, MTD, MNDH, LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE e outros)

19 horas - Aula Magna

Professor Jacques Távora Alfonsin – Advogado popular

20 horas - Concessão da medalha Negrinho do Pastoreio

21 horas - Coquetel de lançamento do livro do Professor Jacques Alfonsín

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2013

Brasília, 12 de novembro de 2013.

2º Dia: 15/11/2013 – Centro de Formação Sepé Tiaraju

9 horas - Análise de conjuntura

Luciana Genro – Fundadora do Partido Socialismo e Liberdade (Psol)

Marco Antônio (MAB) ou Cedenir Oliveira (MST) ou Eliane de Moura Martins (a confirmar)

Flávio Koutzii ou Marco Weissheimer – Carta Maior (a confirmar)

14 horas – Modelo de desenvolvimento e conflitos territoriais: Desafios para a advocacia popular

14 horas – Modelo de desenvolvimento e conflitos territoriais: Desafios para a advocacia popular

Betânia Alfonsin – Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Cristiane Faustino – Plataforma Dhesca

Daniel Pessoa ou Rodrigo de Medeiros Silva – Advogado Popular (a confirmar)

Leandro Scalabrin – MAB

16h30 – Oficinas

18 horas – Programa Vidas no Sul

3º Dia: 16/11/2013 – Centro de Formação Sepé Tiaraju

9 horas – Advocacia popular, movimentos sociais e sistema de Justiça

Darci Frigo – Terra de Direitos

Denise Dora – Fundadora e advogada integrante da Themis (a confirmar)

Luciana Zafalon (a confirmar)

14 horas – Criminalização dos movimentos sociais (Teoria do domínio do fato; tipificação do terrorismo; black blocks etc.)

Mariana Chies Santiago Santos – Doutoranda em Sociologia representando o Grupo de Pesquisa sobre Violência e Cidadania (a confirmar)

Mariana Trota – (a confirmar)

Patrick Mariano (Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça)

16h30 – Oficinas

4º Dia: 17/11/2013 – Centro de Formação Sepé Tiaraju

9 horas – Plenária da avaliação e encerramento do Encontro

14 horas – Visita ao Assentamento Filhos de Sepé e à Produção de arroz agroecológico

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Rodrigo de Medeiros Silva.



PA – MPF apura impactos do aumento do nível de água do reservatório da hidrelétrica de Tucuruí

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.11.2013

O aumento da cota do reservatório da hidrelétrica de 72 para 74 metros estaria causando problemas para a comunidade indígena Parakanã

Rosana Medeiros, Ministério Público Federal no Pará

O Ministério Público Federal (MPF) realizou vistoria na Terra Indígena (TI) Parakanã, em Novo Repartimento, sudeste do Pará, no final de outubro, para averiguar os impactos da elevação da cota do reservatório da hidrelétrica de Tucuruí. Com a finalização da construção da segunda etapa da hidrelétrica, em 2006, a cota do reservatório passou de 72 para 74 metros.

Na visita, o procurador da República Paulo Rubens Carvalho Marques foi informado pelos indígenas da aldeia Paraninga que as constantes subidas das águas têm causado o apodrecimento e consequente queda de árvores, provocando, além da destruição da vegetação, uma série de consequências para o modo de vida indígena, como a mudança dos hábitos alimentares.

Os índios relataram também que a invasão da água traz outras consequências graves que põem em risco as famílias da TI. Com a queda das árvores, a ausência de sombra faz com que os peixes se desloquem para outros locais do rio, atingindo a pesca de subsistência.

A queda dos açaizeiros, também provocada pelo aumento das águas, interfere diretamente na produção econômica da aldeia, notabilizada pelo comércio de açaí. Segundo os indígenas, a caça é outro costume que acaba sendo afetado, já que os animais fogem para outros locais em razão da constante variação das águas.

Outro problema grave, resultado do acréscimo da cota do reservatório, é o considerável aumento da quantidade de mosquitos, com o inevitável risco de transmissão de doenças.

Embora a Eletronorte – responsável pela hidrelétrica – já tenha elaborado um relatório sobre os impactos da elevação da cota na vegetação da área, o procurador da República aguarda a finalização de nota técnica que aponte quais os impactos que afetaram especificamente o modo de vida da comunidade indígena Parakanã.

A partir da análise desse documento, que se encontra em fase de elaboração pela antropóloga do MPF Maria Fernanda Paranhos de Paula e Silva, o MPF em Tucuruí vai decidir quais serão os próximos passos da apuração.

MPF realiza audiência pública sobre regularização de terras quilombolas
SÍTIO PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DF, 11.11.2013

Evento será no dia 20 de novembro, das 14h às 18h, na Procuradoria Geral da República, em Brasília



Como parte de uma mobilização nacional em defesa da regularização das terras quilombolas, o Ministério Público Federal, por meio da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (populações indígenas e comunidades tradicionais), realizará audiência pública dia 20 de novembro, às 14h, no Auditório Juscelino Kubitschek da Procuradoria Geral da República (SAF Sul, Quadra 4, Conjunto C), em Brasília.

Em 20 de novembro, é celebrado o Dia da Consciência Negra, momento propício para refletir-se sobre a inserção dos negros na sociedade brasileira. Um tema que vem preocupando o MPF é a demora para a regularização das terras quilombolas no país. Embora a titulação dessas terras seja um direito garantido pela Constituição de 1988 (art. 68 dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), até hoje, pouco se avançou.

Administrativamente, o processo é conduzido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A autarquia estima que em todo o Brasil existam mais de três mil comunidades quilombolas, porém, até maio deste ano, apenas 139 títulos de propriedade coletiva haviam sido emitidos. A demora em regularizar acarreta uma série de problemas para essa parte da população, como dificuldade de subsistência, falta de acesso a serviços públicos, insegurança jurídica (decorrentes de longas batalhas judiciais, em geral oriundas da resistência de setores econômicos), violência e preconceito.

CONT.



MPF em defesa das terras quilombolas (confira a dinâmica da audiência):

1. A audiência será aberta às 14h pela coordenadora da 6ª Câmara, Deborah Duprat, e pelo Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Aurélio Virgílio Veiga Rios;
2. Haverá 30 minutos para apresentação cultural de abertura;
3. A palavra será assegurada, nesta ordem, aos seguintes participantes:
 - a. Representantes das comunidades quilombolas, pelo tempo máximo total de duas horas;
 - b. Representantes do governo federal, pelo tempo máximo de total de uma hora;
 - c. Membros do Ministério Público Federal, pelo tempo máximo de 30 minutos.
4. Ao final, será passada a palavra àqueles que forem instados a esclarecer eventuais dúvidas;
5. Os períodos das intervenções acima definidos poderão ser adequados pela coordenação conforme eventual necessidade decorrente da dinâmica da audiência;
6. Os trabalhos devem terminar às 18h.

Veja a íntegra do [edital de convocação](#)

Dia da Consciência Negra - A data foi criada pelo Movimento Negro Unificado e é comemorada desde a década de 70. Somente a partir de janeiro de 2003, com a Lei 10.639, foi oficialmente incluída no calendário escolar. Em algumas cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, o dia 20 de novembro é feriado. Por que comemorar? Para valorizar nossas raízes africanas e refletir sobre a situação dos negros no Brasil e sobre o que fazer para melhorá-la. Um dia para lembrar que somos todos iguais e que devemos respeitar as nossas diferenças.

MPF e 6ª Câmara – Compete ao Ministério Público Federal, entre outras atribuições, a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos às minorias étnicas. Dentro do MPF, a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão é o órgão setorial responsável por tratar de questões relacionadas a populações indígenas e a comunidades tradicionais, como os quilombolas.

Mais informações:

Secretaria de Comunicação
Procuradoria Geral da República
Tel: (61) 3105-6405
E-mail: noticias@pgr.mpf.gov.br

MPF apura danos causados pelo aumento da cota de 72 para 74 metros do reservatório da hidrelétrica de Tucuruí
SÍTIO PORTAL ECODEBATE, 11.11.2013



Usina Hidrelétrica Tucuruí. Foto Eletronorte

O aumento da cota do reservatório da hidrelétrica de 72 para 74 metros estaria causando problemas para a comunidade indígena Parakanã

O Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA) realizou vistoria na Terra Indígena (TI) Parakanã, em Novo Repartimento, sudeste do estado, no final de outubro, para averiguar os impactos da elevação da cota do reservatório da hidrelétrica de Tucuruí. Com a finalização da construção da segunda etapa da hidrelétrica, em 2006, a cota do reservatório passou de 72 para 74 metros.

Na visita, o procurador da República Paulo Rubens Carvalho Marques foi informado pelos indígenas da aldeia Paranatinga que as constantes subidas das águas têm causado o apodrecimento e consequente queda de árvores, provocando, além da destruição da vegetação, uma série de consequências para o modo de vida indígena, como a mudança dos hábitos alimentares.

Os índios relataram também que a invasão da água traz outras consequências graves que põem em risco as famílias da TI. Com a queda das árvores, a ausência de sombra faz com que os peixes se desloquem para outros locais do rio, atingindo a pesca de subsistência.

A queda dos açaizeiros, também provocada pelo aumento das águas, interfere diretamente na produção econômica da aldeia, notabilizada pelo comércio de açaí. Segundo os indígenas, a caça é outro costume que acaba sendo afetado, já que os animais fogem para outros locais em razão da constante variação das águas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2013

Brasília, 12 de novembro de 2013.

Outro problema grave, resultado do acréscimo da cota do reservatório, é o considerável aumento da quantidade de mosquitos, com o inevitável risco de transmissão de doenças.

Embora a Eletronorte – responsável pela hidrelétrica – já tenha elaborado um relatório sobre os impactos da elevação da cota na vegetação da área, o procurador da República aguarda a finalização de nota técnica que aponte quais os impactos que afetaram especificamente o modo de vida da comunidade indígena Parakanã.

A partir da análise desse documento, que se encontra em fase de elaboração pela antropóloga do MPF Maria Fernanda Paranhos de Paula e Silva, o MPF em Tucuruí vai decidir quais serão os próximos passos da apuração.

Fonte: Ministério Público Federal no Pará

Povo Munduruku do Tapajós anuncia nova instância de representação

SÍTIO CIMI, 12.11.2013



Após a realização de uma Assembleia Geral convocada por caciques e lideranças no início deste mês, os Munduruku, em franca oposição à construção das hidrelétricas do Tapajós, anunciaram a reformulação de sua instância representativa, a Associação Pusuru.

A decisão foi tomada por mais de 65 caciques e lideranças que juntos totalizaram mais de 400 Munduruku reunidos em assembleia na aldeia Restinga. O povo declarou de forma enfática que

seguirá combatendo a construção do Complexo Hidrelétrico do Tapajós e demais usinas nos rios da Amazônia.

Em carta divulgada nesta segunda, 12, os Munduruku afirmam que a Associação Pusuru, que havia assumido a interlocução com o governo federal, foi reestruturada, teve o nome mudado para Dau'k e também a sua diretoria.

O documento também reforça a preocupação dos indígenas com a entrada de não-índios, como pesquisadores do empreendimento hidrelétrico do Tapajós, e garimpeiros, em seus territórios.

Leia abaixo a transcrição da carta:

Carta do Movimento Munduruku Ipereg Ayu

Sawe! Comunicamos aos amigos(as) e parentes indígenas e não indígenas que apóiam o nosso movimento contra o grande projeto de destruição do nosso planeta Terra, aquelas pessoas que lutam pela biodiversidade e contra a violação de direitos humanos: a segunda assembléia do movimento aconteceu na Aldeia Restinga. Sessenta e nove caciques e lideranças, junto com seus guerreiros (as) participaram. E decidiram para retomar de volta a aldeia a nossa organização Pusuru. E também foi mudado o seu nome e a sua diretoria. A partir de agora o nome é Da'uk. Tivemos reunidos cinco dias, desde dia 5 de novembro do ano de pauta que foi mais discutida é a destruição do meio ambiente, a entrada de brancos no nosso território, pois

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2013

Brasília, 12 de novembro de 2013.

entram sem autorização dos caciques das aldeias; e o fortalecimento dos líderes dos guerreiros(as). Apoiaram mais entidades que lutam contra a violação dos direitos humanos.

A terceira assembleia será realizada no dia 19 de abril do ano 2014 na aldeia Missão São Francisco, no rio Cururu.

Finalizamos esta carta. Pelos líderes do Movimento Munduruku Iperê Ayü.

Sawe! Sawe! Sawe!

Atakoy Moka Ibo

Jacareacanga, 11.11.2013

IV- CARTA DO MOVIMENTO MUNDURUKU IPERÊ AYÜ

SAWE! COMUNICAMOS AOS AMIGOS (AS), PARENTES INDÍGENAS, NÃO INDÍGENAS QUE APOIAM O NOSSO MOVIMENTO CONTRA GRANDE PROJETO DE DESTRUIÇÃO DO NOSSO PLANETA TERRA, AQUELAS PESSOAS QUE LUTAM PELA BIODIVERSIDADE E PELA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. A SEGUNDA ASSEMBLEIA DO MOVIMENTO ACONTECEU NA ALDEIA RESTINGA 69 CARIQUES, LIDERANÇAS JUNTO COM OS SEUS GUERREIROS(AS) PARTICIPARAM. E DECIDIRAM PARA RETOMAR DE VOLTA PARA ALDEIA A NOSSA ORGANIZAÇÃO PUSURU. E TAMBÉM FOI MUDADO O SEU NOME E A SUA DIRETORIA, A PARTIR DE AGORA O NOME DA ASSOCIAÇÃO É DA'UK. TIVEMOS REUNIDOS CINCO DIAS, DESDE DIA 1 A 5 DE NOVEMBRO ANO DE 2013. A PRINCIPAL PUNTA QUE FOI MAIS DISCUTIDA É A DESTRUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE, ENTRADA DE BRANCOS DO NOSSO TERRITÓRIO, ENTRAM SEM AUTORIZAÇÃO DOS CARIQUES DAS ALDEIAS, FORTALECIMENTO DOS LÍDERES DOS GUERREIROS(AS) E APOIARAM MAIS ENTIDADES QUE LUTAM PELA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. A TERCEIRA ASSEMBLEIA SERÁ REALIZADA NO DIA 19 DE ABRIL DO ANO 2014, NA ALDEIA: MISSÃO SÃO FRANCISCO NO RIO CURURU.

FINALIZAMOS ESTA CARTA, PELOS LÍDERES DO MOVIMENTO MUNDURUKU IPERÊ AYÜ. SEJA BEM VINDO AO NOSSO BARCO EM NOME DO MOVIMENTO MUNDURUKU IPERÊ AYÜ.

SAWE! SAWE! SAWE!
ATAKOY MOKA IBO - 2x

JACAREACANGA-PA - 11-11-2013

"Governo Dilma é omissa e negligente com os povos indígenas", diz bispo

SÍTIO CIMI, 12.11.2013

Por Elaíze Farias, Amazônia Real,
de Manaus (AM)



O bispo da Prelazia do Xingu, Dom Erwin Kräutler, é uma lenda das causas sociais da Amazônia. Sua voz em defesa dos povos indígenas e de outros grupos minoritários se espalha em várias esferas: nas aldeias, nas cidades, nas capitais, no parlamento e no Executivo.

Nos últimos anos, Dom Erwin tem sido um crítico severo da política indigenista do governo brasileiro e um ativista contra a construção de barragens em Belo Monte e em Tapajós, ambas no Pará. Sua decepção com o governo Lula e agora, com o governo Dilma, é notória. Na foto, Dom Erwin recebe título Honoris Causa da Universidade Federal do Pará (UFP)

"Este governo é anti-indígena, omissa e negligente", disse Dom Erwin Kräutler ao portal Amazônia Real, em entrevista exclusiva concedida em Manaus na semana passada, onde esteve para participar do 1º Encontro da Igreja Católica da Amazônia Legal.

Nascido na Áustria em 1939, Dom Erwin chegou ao Brasil em 1965. Na década de 70 tornou-se cidadão brasileiro. Foi nomeado bispo do Xingu em 1980, onde atua até hoje. É presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

O bispo tem inúmeros reconhecimentos, como o título de doutor Honoris Causa, dado pela Universidade Federal do Pará, e o Prêmio Right Livelihood 2010, considerado um prêmio Nobel Alternativo, concedido pelo governo da Suécia, mas composto por um júri internacional. Por sua luta e engajamento, é constantemente ameaçado de morte.

CONT.



Dom Erwin Kräutler mora no município de Altamira (PA), para onde voltou logo depois que saiu de Manaus na última quinta-feira (31). Por email, ele enviou um texto complementar para sua entrevista, onde acusa o governo brasileiro e os grupos econômicos de usar da estratégia da divisão para "romper ou enfraquecer a resistência dos povos indígenas", numa referência aos indígenas munduruku, que lutam contra a hidrelétrica do Tapajós.

Eis a entrevista.

Como o senhor descreve a luta dos povos indígenas?

Lutamos ao lado dos índios para que os direitos indígenas fossem inscritos e ancorados na Constituição Federal de 1988. E conseguimos. A vitória dos índios foi a nossa vitória e a nossa vitória foi a vitória dos índios. A constituição tem um capítulo específico sobre os índios. E tem um artigo nas disposições transitórias que significa uma virada copernicana. Antes os índios eram tidos como estrangeiros neste país e, no entanto, eram os primeiros habitantes. Foram tutelados pelo Estado e essa finalidade era a incorporação do silvícola à sociedade nacional. A sociedade nacional até 1987 era apenas sociedade dos não-indígenas. Aliás, não-indígena é aquele que veio de fora, de outro continente.

Depois da Constituição de 88, os direitos dos povos indígenas estão sendo respeitados?

Os indígenas têm o direito às suas terras ancestrais, as suas religiões, às suas expressões culturais. No caso de serem usadas as suas terras para minérios estratégicos ou recursos hídricos, os índios têm que ser consultados.

O que o senhor acha dos atuais projetos políticos e econômicos que afetam os povos indígenas?

Nós cantamos vitória com a Constituição, mas de uns tempos para cá através da PEC (Projeto de Emenda Constitucional) 215 estão querendo negar este dispositivo Constitucional. Querem arrancar do Executivo o direito de demarcar as terras indígenas. O artigo 67 das disposições transitórias previa em um período de cinco anos a demarcação de todas as áreas indígenas. Das mil e tantas terras indígenas, foram concluídas as demarcações de apenas 360. Menos da metade.

Agora o legislativo e sua bancada ruralista quer decidir e legislar em cima das áreas indígenas, o que é um absurdo porque demarcar pressupõe estudos cartográficos, estudos etnológicos, estudos antropológicos. São técnicos que fazem isso.

Se essa desgraça da PEC 215 passar não haverá mais demarcação das áreas indígenas e que se encontram demarcadas são ameaçadas. Por isso que os índios se levantaram contra essa possibilidade.

CONT.



Como o senhor avalia a política indígena do atual governo federal?

O governo deveria defender a causa indígena como uma causa de minoria que está ameaçada. E não faz. O governo atual é omissivo. Eu digo que é omissivo e negligente, mas atrás disso tem as estratégias. Sua estratégia é rolo compressor. Passa por cima. O governo é anti-indígena. O Lula falou isso em 2006. Quando estava na casa do Blairo Maggi (então governador do Mato Grosso) ele colocou os índios como obstáculos ao progresso e as leis ambientalistas como penduricalhos que têm que revistos. Com a Dilma não avançou nada.

Apesar das mobilizações sociais, a hidrelétrica de Belo Monte já está em construção. Como o senhor vislumbra o futuro da obra para os povos que moram na região?

Belo Monte é aquele paredão. O reservatório vai atingir 40 mil pessoas diretamente e os povos indígenas na volta do Xingu estão com seus dias contados. A Volta Grande do Xingu vai ficar seca. E tem toneladas de ouro. E a firma que vai explorar é canadense, se chama Belo Sun.

Atualmente é a vez dos munduruku lutar contra o projeto de outra hidrelétrica na Amazônia. Como o senhor vem acompanhando essa mobilização?

Os indígenas munduruku não vão silenciar. Mas o governo usa de todas as estratégias de dividir o próprio povo. Escrevi um artigo sobre isso, onde digo que para dominar um povo tem que dividi-lo entre si. No caso da hidrelétrica do Tapajós (Pará), a obra está na ilegalidade, pois os índios munduruku não foram consultados.

O senhor tem esperança que o governo vai reconsiderar sua política de crescimento econômico às custas dos impactos ambientais e sociais?

Esperança sempre tem. No mundo de hoje, há uma grande sensibilidade para os povos aborígenes e autóctones. O Brasil não se pode dar o luxo de fazer um retrocesso no tratamento dos povos indígenas. Isso vai repercutir muito mal. O Brasil sempre queria primar pela defesa dos direitos humanos. O país é signatário de tratados internacionais e não pode perder o limite.

Sobre o que os bispos da Amazônia estão discutindo no encontro em Manaus?

Este encontro, que é o primeiro dos bispos da Igreja Católica da Amazônia Legal, é para avaliar a caminhada e dar respostas aos desafios da atualidade. Temos (a Igreja Católica) duas dimensões. A dimensão vertical, que é nosso relacionamento com Deus, mas temos a dimensão horizontal, que é o nosso relacionamento com os seres humanos, na defesa da dignidade e dos direitos. A defesa da vida em todas as duas dimensões.



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2013

Brasília, 12 de novembro de 2013.

CEAO – Centro de Estudos Afro-Orientais: Programação de Novembro
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.11.2013



PROGRAMAÇÃO 2013

novembro

11 a 13.11 | 9h às 18h Seminário Pesquisa e Escola:
Experiências em educação indígena em diversos
contextos - **Coord. Profa. Dra. América César**

11 a 14.11 Congá Cultural **Você tem fome de que?**
Estácio/FIB - CEOA (programação no site do CEOA)

13.11 | 18h Oguns Toques Escritora **Miriam Alves**
Lançamento do livro **Mulher Mat(r)iz**

14.11 | 19h Homenagem a Mestre Didi

14.11 Minicurso: Estudos Performáticos e Pós-coloniais
- Perspectivas interdisciplinares - **Prof. Maciej Rozalski**

21.11 | 9h às 18h Seminário Oguns Toques

28.11 UFBA em Parallaxe – Ações Afirmativas e
Universidade
Prof. Jocélio Teles
Profa. Elizabeth Pinto
Alunos cotistas
Lançamento da **Revista Afro-Ásia**

INFORMAÇÃO: (71) 3283 5502

Centro de Estudos Afro-Orientais
Pç. Inocêncio Galvão, 42
Largo 2 de Julho
www.ceao.ufba.br





MPF manda Federal apurar morte de índios

SÍTIO TRIBUNA FEIRENSE, 12.11.2013

O Ministério Público Federal (MPF) em Ilhéus/BA requisitou à Polícia Federal investigações acerca da morte de três índios da comunidade Tupinambá de Olivença, ocorrida na noite da última sexta-feira, 8 de novembro, na localidade conhecida como "Mamão", no sul da Bahia.

De acordo com os procuradores da República Ovídio Augusto Amoedo Machado e Tiago Modesto Rabelo, as informações coletadas revelam que os três índios foram emboscados por três homens armados que estavam em duas motocicletas, e foram mortos por disparos de armas de fogo.

O inquérito policial com o objetivo de apurar o caso deve contar com o auxílio da Fundação Nacional do Índio (Funai). A Polícia Federal deverá realizar os exames periciais de corpo de delito, a análise do local do crime e ouvir testemunhas, a fim de que o MPF possa buscar a responsabilização dos envolvidos.

Histórico – a indefinição quanto à demarcação de terras Tupinambás tem gerado conflitos violentos entre indígenas e fazendeiros no Sul da Bahia. Em setembro, [o MPF em Ilhéus ajuizou ação civil pública](#) com pedido liminar contra a União, requerendo que o Judiciário determine prazo para o Ministro da Justiça decidir sobre o processo demarcatório Tupinambá. Iniciados em 2004, os procedimentos para a demarcação aguardam decisão, pelo Ministério, desde março de 2012.



Médicas cubanas são recebidas por índios tupinambás em área de conflito no sul da Bahia

SÍTIO BAHIA NOTÍCIAS, 12.11.2013

Duas médicas cubanas do programa Mais Médicos atuarão no distrito de Olivença, em Ilhéus, no sul da Bahia, área onde índios tupinambás estão em conflito com fazendeiros da região. Nesta segunda-feira (11), o protesto contra o assassinato de três indígenas foi interrompido para receber as duas profissionais que chegaram à região.

Ana Ofélia e Zu Nieska foram alocadas por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), em um total de dez médicos que vão atuar em áreas indígenas no estado. Segundo matéria do A Tarde, entre profissionais da Sesai que já atuam na região, o clima é tenso.

O coordenador técnico local da pasta, Ângelo Magalhães, disse que, devido aos conflitos, os profissionais tiveram que ficar sem ir às comunidades indígenas por orientação da Polícia Federal por 15 dias.



Médicas cubanas 'provocam' fim de protesto de índios na Bahia

SÍTIO FOLHA DE S. PAULO, 12.11.2013

Mário Bittencourt

Colaboração para a Folha, em Vitória da Conquista (BA)

A chegada de duas médicas cubanas ao distrito de Olivença, em Ilhéus (BA), ontem (11), fez com que índios tupinambás em conflito com fazendeiros adiassem o bloqueio de uma rodovia para recepcionar as profissionais do programa Mais Médicos.

O plano inicial era protestar contra o assassinato de três índios na sexta-feira (8), mas, em vez disso, os tupinambás levaram pitangas ao centro cultural de Olivença para presentear as cubanas. Cinco deles atuam na área da saúde nas comunidades.

Ministro de Cuba minimiza críticas e diz que médicos não prestam serviço ao Brasil
Brasil é o 19º país das Américas em oferta de profissionais de saúde, diz OMS

"É muito forte [o gosto]", comentou, ao experimentar a fruta, a médica Ana Ofélia, 44, que já atuou na África. "Mas é muito gostosa", completou a colega Zu Nieska, 28, com passagem pela Bolívia.

As cubanas irão trabalhar em comunidades indígenas do sul da Bahia onde impera um clima de tensão devido a conflitos por disputa agrária.

"Estamos sabendo dos conflitos, mas não vamos interferir. Viemos para atuar na saúde e melhorar as condições da população indígena", afirmou Ana Ofélia. "Estamos em missão de paz", completou Zu Nieska.

O cacique Val Tupinambá justificou a atitude. "Nossa reivindicação com relação à saúde é a ampliação das equipes. Como a chegada delas é muito bem vinda, decidimos adiar a manifestação para recepcioná-las", disse.

Segundo o coordenador técnico da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) local, Ângelo Magalhães, as equipes de saúde ficaram 15 dias sem visitar as comunidades indígenas por orientação da Polícia Federal.

O clima está tenso na região desde agosto e se acirrou depois da morte de três índios na comunidade de Acuípe de Baixo, vizinha de Olivença.

Ontem, a Polícia Federal afirmou que o crime foi motivado por uma briga entre dois índios por causa da mulher de um deles e que não investigará o caso.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2013

Brasília, 12 de novembro de 2013.

O cacique refutou a conclusão da PF. "A polícia está usando isso como proteção para um vereador que deu fuga aos assassinos. Não se trata de briga interna, houve uma chacina", disse à Folha.

Os índios dizem ter ocupado mais de 80% das cerca de 600 fazendas do território reivindicado. Para a Associação de Produtores Rurais de Ilhéus, Una e Buerarema, há 100 propriedades em poder dos índios.

As partes se reuniram em 25 de outubro com o ministro José Eduardo Cardoso (Justiça) e com o governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), quando foi prometida a elaboração de um plano de segurança para a região.



Índios reclamam da organização dos jogos

SÍTIO ARENÁPOLIS NEWS, 12.11.2013

Representantes de 64 etnias do Brasil e de outros países participam de competição em Cuiabá; crítica principal é com a infraestrutura

Índios que participam da 12ª edição dos Jogos dos Povos Indígenas, que está sendo realizado em Cuiabá, reclamam de falta de água, comida, infraestrutura e da desorganização do evento.

A competição começou na última sexta-feira (8) e vai até o próximo sábado (16). Os jogos estão sendo realizados no Jardim Botânico, no bairro Sucuri, periferia de Cuiabá. Conforme o governo do Estado, 1,6 mil índios de 48 etnias brasileiras e mais 16 estrangeiras participam dos jogos. Mais de R\$ 3 milhões foram investidos na estrutura.

O índio Aislano Wapriiwari conta é a terceira vez que participa dos jogos e considera esta edição a com pior nível de organização.

"Onde está este dinheiro que dizem que foi investido? Nós ficamos empolgados quando soubemos que os jogos seriam no nosso Estado, mas quando chegamos aqui foi só decepção. Em outros lugares recebíamos colchão e travesseiro. Aqui nem isto. Nunca tinha faltado água. Nós ficamos três dias sem e quando ela veio era tão suja que nem roupa nós conseguimos lavar. O jeito foi usar a água do rio mesmo".

Ele contou que o seu nome (Wapriiwari) significa homem forte e resistente, mas sob o forte sol de mais de 40°C e sem água nem ele tem aguentado. A comida também tem sido escassa e faltam limpeza e organização. "As meninas do futebol feminino quase foram desclassificadas. Elas acordaram às 5h para o café, porque havia um jogo às 8h, mas o pessoal do refeitório só chegou às 7h30."

A distância da vila olímpica e os problemas estruturais também afetaram os outros objetivos do evento, como integração entre as etnias e a população da cidade. Sem linhas específicas, a média de público da competição tem sido baixa. "Também não tem ônibus para levar os índios para conhecerem a cidade. Moramos em Mato Grosso, não conhecemos Cuiabá e não vai ser desta vez."

Segundo Haru Kuntanawa, líder da tribo Kuntanwa, do Acre, diversas pessoas da sua comunidade passaram mal devido ao forte calor. "Sabemos que todos os povos devem ter o espírito preparado, mas as condições não têm sido as melhores. O clima não é para a gente.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2013

Brasília, 12 de novembro de 2013.

Ainda escolheram um local ruim. Aqui era para ou ser um gramado ou terra batida. Com este pó e sem água várias pessoas ficaram doentes. Eu estou sem voz. Muitos tiveram dor de barriga.”

Haru elogiou a iniciativa do evento e disse que a maior conquista é ter este espaço, mas a falta de cuidados com alguns detalhes manchou a edição mato-grossense da competição.

Segundo German Granda, do Instituto Peruano de Desporto (IPD), após três dias de viagem, os 27 índios da etnia harambut, da região de Madre de Dios, no Peru, optaram por se alojar em um hotel a ficar na vila. Ele disse que a decisão se deu por dois motivos: o primeiro pela falta de espaço e o segundo pelas más condições.

A assessoria do Comitê Intertribal, que organiza os jogos, informou que os eventos são realizados em parceria com o Estado e município. Conforme a assessoria, todos os problemas citados são de ordem estrutural e por isto é responsabilidade dos governos.

A assessoria de Secretaria de Estado de Lazer (Seel) informou por meio de nota que desconhece a informação de que não teria honrado com seus compromissos para a realização dos Jogos dos Povos Indígenas. Segundo a assessoria, tudo o que foi estabelecido com o governo federal para a realização do evento foi cumprido.

A reportagem do Diário procurou o secretário de esporte do município para se manifestar, porém ele não respondeu as ligações telefônicas.

Fonte: Diário de Cuiabá

ÍNDIOS ADIAM PROTESTO PARA RECEBER MÉDICAS CUBANAS

SÍTIO BRASIL 247, 12.11.2013

Índios tupinambás suspenderam o bloqueio de uma rodovia em Olivença, distrito de Ilhéus, para recepcionar duas médicas de Cuba que vão atuar no posto de saúde local pelo programa Mais Médicos; o cacique Val Tupinambá explicou a interrupção do movimento; "Nossa reivindicação com relação à saúde é a ampliação das equipes. Como a chegada delas é muito bem vinda, decidimos adiar a manifestação para recebê-las"; tribo planejava protestar contra o assassinato de três índios



Bahia 247 - O conflito de índios tupinambás com fazendeiros no sul da Bahia se arrasta há três meses e ontem ao invés de mais um episódio de tensão, o movimento indígena foi marcado por um gesto que pegou todos de surpresa.

Os índios suspenderam o bloqueio de uma rodovia em Olivença, distrito de Ilhéus, para recepcionar duas médicas cubanas que vão atuar no posto de saúde local pelo programa Mais Médicos.

A tribo planejava protestar contra o assassinato de três índios na sexta-feira (8), eles resolveram receber as cubanas com pitangas no centro cultural de Olivença.

A médica Ana Ofélia, 44, disse que "é muito forte" o sabor da fruta. "Mas é muito gostosa", completou a colega Zu Nieska, 28.

As médicas disseram em matéria no jornal Folha de São Paulo que têm conhecimento de que a região vive clima de tensão por causa da disputa de terra entre índios e fazendeiros.

"Estamos sabendo dos conflitos, mas não vamos interferir. Viemos para atuar na saúde e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2013

Brasília, 12 de novembro de 2013.

melhorar as condições da população indígena", afirmou Ana Ofélia. "Estamos em missão de paz", completou Zu Nieska.

O cacique Val Tupinambá explicou a interrupção do movimento. "Nossa reivindicação com relação à saúde é a ampliação das equipes. Como a chegada delas é muito bem vinda, decidimos adiar a manifestação para recepcioná-las".

Segundo o coordenador técnico da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) local, Ângelo Magalhães, as equipes de saúde ficaram 15 dias sem visitar as comunidades indígenas por orientação da Polícia Federal.



No CE, índios e fazendeiros brigam por área de quase 6 mil hectares

SÍTIO AGRO OLHAR, 12.11.2013

Globo Rural

De um lado, 6,5 mil índios em busca de um pedaço de terra. De outro, proprietários resistentes a entregar fazendas, que atravessam gerações.

Estes são os personagens principais de uma história que já dura quase 30 anos.

A terra que os índios tapebas reivindicam tem perto de 6 mil hectares e fica no município de Caucaia, vizinho de Fortaleza. A região era de várias fazendas, que deram lugar às indústrias.

No último dia 27 de agosto, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria da Funai que propõe os limites para a reserva.

O estudo da Funai fez uma lista de 700 pessoas que serão notificadas para que se manifestem sobre a criação da reserva.

De acordo com o levantamento da Funai, a maior parte dos não-índios ocupa pequenas áreas. Muitas vezes, são apenas casebres, construídos em terrenos invadidos, no entanto, pelo menos 50 propriedades estão registradas em cartório e são consideradas de médio e grande porte, entre 50 e mil hectares.

Entre as pequenas áreas, está a de Alberto Miranda que, há mais de 50 anos planta e cria gado em 20 hectares. Aos 70 anos, ele está disposto a abrir mão da terra para os índios.

Se a negociação com os pequenos produtores é mais tranquila, o mesmo não acontece com os grandes fazendeiros. Os ânimos ficaram mais acirrados nos últimos tempos.

A Fazenda Soledade está com a família Arruda Coelho há várias gerações. São ao todo 1,5 mil hectares. No estudo apresentado pela Funai, 700 hectares estariam dentro da reserva. Os proprietários dizem que têm os registros em dia no cartório de imóveis e que vão contestar o relatório.

De outro lado, os índios esperam ansiosos que a reserva agora saia do papel.

De Brasília, Maria Augusta Assirati, presidente da Funai, explica quais serão os próximos passos do processo.



Por ordem nacional, índios ameaçam enfrentar “milícia” de fazendeiros

SÍTIO JORNAL DO ÔNIBUS, 12.11.2013

Campo Grande News

Índios não se intimidaram com o anúncio dos produtores rurais de contratar seguranças para proteger as fazendas e vão seguir orientação nacional de intensificar as invasões se o governo não apresentar, até o dia 30 deste mês, solução para dar fim ao conflito por terras em Mato Grosso do Sul. Eles preferem uma solução pacífica, mas não descartam o enfrentamento para alcançar seus direitos.

“Não nos intimida a contratação de seguranças, somos muitos aqui e com certeza vamos intensificar as ocupações se mais uma vez o governo não cumprir a promessa de apresentar uma solução para a gente”, disse o líder da Aldeia Passarinho, de Miranda, Teófilo Rodrigues.

Ex-cacique da mesma aldeia, Wilson Jacobina informou que é orientação do Movimento Indígena Nacional aumentar as invasões se o governo manter a inércia na briga por terras. “É o único jeito que temos para pressionar por uma solução”, explicou.

Segundo Teófilo, as famílias “estão crescendo e os índios não tem mais onde colocar os filhos”. “Já estamos jogados, sem saúde e educação de qualidade, pelo menos o espaço, que é nosso de direito, queremos para poder produzir, caso contrário não teremos como sobreviver”, frisou.

Jacobina, porém, admitiu que o anúncio da realização de leilões para arrecadar fundos a fim de bancar a contratação de seguranças mexeu com a população de 10 mil indígenas de Miranda, município onde o clima é um dos mais tensos do Estado. “A intranquilidade baixou aqui e complicou a situação”, relatou. “Mas não vamos recuar e pode acontecer uma nova tragédia”, alertou.

Em junho, um índio morreu em Sidrolândia e trouxe o Governo Federal ao Estado para debater solução pelo fim do conflito. “Por três vezes, o governo prometeu anunciar medidas e apanhamos as três vezes, não queremos apanhar mais”, desabafou Teófilo. Ele, inclusive, compreende a indignação dos produtores rurais, por isso, reforça a cobrança por ações do Poder Público. “Não queremos guerra”, garantiu.

Buriti – Na região de Sidrolândia, segundo o cacique Antônio Aparecido, a tensão baixou e há impasse apenas em três fazendas. “Cada região tem sua realidade, prefiro não falar sobre Miranda”, disse. “Aqui, o governo está agindo e fazendo as avaliações das áreas”, completou.

O obstáculo seria a resistência dos donos das fazendas Água Clara, Furna da Estrela e Vassoura. “Eles já contrataram pistoleiros e estão atirando em cima dos acampamentos”, denunciou o cacique.

Entre índios e fazendeiros, a promessa do Governo Federal

SÍTIO JL NEWS, 12.11.2013



Enquanto o Governo Federal não apresenta a tão aguardada solução que colocará um fim aos conflitos em Mato Grosso do Sul, índios e fazendeiros seguem disputando o espaço no braço. E se já não bastassem às inúmeras invasões em propriedades rurais, principalmente nos municípios de Miranda e Iguatemi, a população inocente destas cidades vivem sob constantes ameaças de que aconteça um conflito por terras, tal situação é como uma guerra fria que assombra a todos, menos o poder público e as entidades responsáveis.

Recentemente, o Ministério da Justiça prometeu que colocaria em prática um plano para por fim aos conflitos, no entanto, o tempo foi passando e nada de concreto foi realizado. Revoltados com a demora no processo de demarcação de terras, indígenas de diferentes localidades do estado começaram a invadir novamente as fazendas que, segundo eles, pertence aos indígenas desde os tempos da colonização.

Por outro lado, também aguardando a prometida solução do governo, fazendeiros permaneceram em silêncio e apenas assistindo a movimentação dos indígenas, mas com o crescimento no número de invasões, a situação tornou-se crítica, alguns produtores contrataram seguranças particulares para impedir possíveis invasões, aumentando o risco para que se ocorra um massacre em terras sul-mato-grossenses.

O prazo dado pelos produtores ao Governo Federal termina no dia 30 deste mês, ao término deste período, se nada for apresentado ou posto em prática, os fazendeiros irão agir por conta própria para proteger suas terras das invasões. Quanto a isso, os indígenas também garantem que não temem a presença de seguranças, mesmo que estes estejam armados, e que irão tomar as terras que lhes pertence de direito, inclusive se for necessário lutar por elas.



Polícia Federal envia equipe para Miranda para acalmar ânimo entre índios e fazendeiros na região

SÍTIO TRIBUNA MS, 12.11.2013

A Polícia Federal, já enviou para Miranda, uma equipe para tentar, uma vez mais, serenar os ânimos entre os índios e fazendeiros que iniciaram essa terça-feira (12) em "pé-de-guerra" e a tendência é que o conflito poderá ser agravar ainda mais em função de um dos silvícolas, ter sido atingido por um tiro no pé, que seria disparado por um dos fazendeiros.

Na madrugada dessa terça-feira, um grupo composto por aproximadamente 30 índios da etnia Terena, tentou ocupar uma propriedade localizada naquela cidade, denominada como Garrote, e eles foram reprimidos à bala, conforme disse o cacique Teófilo Rodrigues.

Por sua vez, os fazendeiros garantiram que o grupo teria chegado ao local armados de espingardas, arcos e flechas e teria ateado fogo em um dos tratores da propriedade, que estava estacionado na entrada da fazenda.

"Nós chegamos por volta das 5h30 e chamamos pelo dono da Fazenda Garrote. Ele nos recebeu alvejando o pé de um dos nossos índios, porém o tiro não acertou e nos dispersamos. Mesmo assim, deixamos um trator na entrada da fazenda, sendo que uma hora depois outros fazendeiros se juntaram e incendiaram totalmente o veículo", revelou o cacique..

Neste momento, os indígenas estão na Aldeia Passarinho e aguardam a chegada da Polícia Federal para a realização da perícia. "Já foi feita uma ocupação nesta mesma sede no ano de 2007 e 2008. Sabemos de um estudo antropológico e queremos uma solução por parte do Governo Federal", explicou o cacique.

Por: Gilson Giordano

MPF requisita investigação acerca da morte de três índios Tupinambás no sul da Bahia
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.11.2013

Região é palco de intensos conflitos entre indígenas e fazendeiros, em função da demora na demarcação de terras.



Cartaz ruralista, defendendo a violência contra os Tupinambá

Ministério Público Federal na Bahia

O Ministério Público Federal (MPF) em Ilhéus/BA requisitou à Polícia Federal investigações acerca a morte de três índios da comunidade Tupinambá de Olivença, ocorrida na noite da última sexta-feira, 8 de novembro, na localidade conhecida como "Mamão", no sul da Bahia. A apuração foi motivada após a veiculação de notícias sobre o possível assassinato dos índios.

De acordo com os procuradores da República Ovídio Augusto Amoedo Machado e Tiago Modesto Rabelo, as informações coletadas revelam que os três índios foram emboscados por três homens armados que estavam em duas motocicletas, e foram mortos por disparos de armas de fogo.

Em função dos fatos noticiados, o MPF determinou a instauração de inquérito policial com o objetivo de apurar o caso, o qual deve contar com o auxílio da Fundação Nacional do Índio

(Funai). A partir de tal requisição, a Polícia Federal deverá realizar os exames periciais de corpo de delito, a análise do local do crime e ouvir testemunhas, a fim de que o MPF possa buscar a responsabilização dos envolvidos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2013

Brasília, 12 de novembro de 2013.

Histórico – a indefinição quanto à demarcação de terras Tupinambás tem gerado conflitos violentos entre indígenas e fazendeiros no Sul da Bahia. Em setembro, o MPF em Ilhéus ajuizou ação civil pública com pedido liminar contra a União, requerendo que o Judiciário determine prazo para o Ministro da Justiça decidir sobre o processo demarcatório Tupinambá. Iniciados em 2004, os procedimentos para a demarcação aguardam decisão, pelo Ministério, desde março de 2012.



Fugindo do preconceito mulheres indígenas discutem seu papel no mundo

SÍTIO AERANÓPOLIS NEWS, 12.11.2013

“Posso ser o que você é sem deixar de ser quem eu sou”. A frase criada pelos índios que deixaram suas aldeias para estudar em Brasília na década de 80 representa bem o espírito dos jovens índios das mais diversas etnias que deixam sua gente para viver em meio aos ‘brancos’ e não índios, como eles denominam os que não são silvícolas como eles.

Deixar o povo para sentar nos bancos escolares para ter uma formação educacional, aprender a usar programa de computadores, saber como funciona a estrutura organizacional dos poderes constituídos é mais do que necessidade, é uma estratégia para que os indígenas possam se defender.

“Sofremos muito preconceito. Os índios sofrem grandes violações na questão da demarcação de terras. Para nos defender é preciso sair das aldeias e exigir as garantias de direito. Nós somos as primeiras nações e temos que ser respeitados”, lembrou Miriam Tsibodwapre, da etnia Terena, e articuladora do Conselho Nacional das Mulheres Indígenas.

Mas o contato com o universo dos não índios não significa que eles deixam de lado sua raiz. Estes indígenas mantêm sua cultura, oralidade, ascentralidade e espiritualidade. “Posso pintar meu cabelo, usar brincos como os brancos, mas nunca vou deixar de ser quem eu sou”, diz Miriam.

Aos 6 anos de idade ela deixou a aldeia e foi estudar na cidade. Trabalhou como enfermeira em um hospital em Campo Grande (MS) e chegou a cursar Serviço Social na universidade. Hoje, ela mora em Campinópolis (601 km a Leste de Cuiabá) e trabalha com o povo Xavante.

Na noite de domingo (10), índias das mais diversas etnias – de jovens a adultas - se reuniram na Oca do Saber para um diálogo intercultural. A reunião foi aberta por um ritual mapuche do povo Kuna, do Panamá.

Uma índia brasileira da etnia Tupinambá fez um canto feito por ela. Na oportunidade mulheres indígenas disseram sua a formação acadêmica.

A índia Pataxó Ranari trabalha no Ministério da Educação como consultora na área coordenação de escola indígena.

Naine Terena é graduada em Comunicação com habilitação em Rádio e TV pela UFMT e com doutorado em artes, trabalha na aldeia Limão Verde, em Mato Grosso.

CONT.



Da etnia Bakairi, Isabel se formou em Propaganda e Marketing e com mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB), veio para representar uma organização Uakairi e explicou sobre um projeto de recuperação de áreas degradadas.

Sonia, do povo Paresi Halití (MT), formada em Direito pela Universidade de Cuiabá, sempre atuou em questões indígenas. “Uma das maiores experiências foi com a portaria 313 em que envolveu a união de 12 etnias contra as várias normas que estavam em desconformidade à população indígena. Foi muito mais do que estar em sala de aula”, disse.

Discriminação às mulheres

Se por um lado há índias que conquistaram seu espaço dentro do mundo dos não índios, há exploração de mão de obra daquelas que não tiveram a mesma oportunidade.

“Muitas índias trabalham como empregadas domésticas e algumas por não falar português ou não conhecer a legislação trabalhistas ganham salários mais baixos, tem jornada de trabalho maior. São exímias trabalhadoras que são exploradas” lamentou Miriam. Os casos são comuns nos grandes centros como Manaus, São Paulo e Campo Grande.

Apesar de garantir os espaços no mercado de trabalho dos ‘brancos’, os índios ainda tem o estigma de preguiçosos e malandros.

Essa nódoa sobre a reputação dos índios se deve ao processo de colonização do Brasil. Os índios fugiram da escravidão imposta pelos europeus na época fugindo pelas matas adentro do interior do Brasil. Em seu lugar, trouxeram os negros africanos que não tinham a mesma sorte e por séculos viveram sob o jugo dos europeus.

“Nosso povo fugiu de ser escravo, de perder a nossa cultura. Milhões de índios foram assassinados. Somos pessoas trabalhadoras, mas como resistimos à escravidão, criou-se esse preconceito”

Parceria garante plantio na Reserva Indígena de Dourados

SÍTIO O PROGRESSO, 12.11.2013

A terra começa a ser preparada para o plantio da lavoura de subsistência em 300 hectares, divididos entre as aldeias Jaguapiru e Bororó



O principal interesse da comunidade indígena é pelo cultivo do milho e da mandioca (Foto : Sérgio Quinhones)

Graças à parceria realizada entre uma usina sucroenergética de Fátima do Sul e Coordenadoria de Assuntos Indígenas e Ministério Público do Trabalho (MPT), vem sendo possível o preparo da terra na reserva indígena de Dourados para o próximo plantio. A terra vem sendo preparada pelos próprios indígenas.

Cinco tratores particulares da comunidade e um cedido pela prefeitura entraram em ação na última sexta-feira. A parceria garantiu que a terra começasse a ser preparada, para o plantio da lavoura de subsistência em 300 hectares, divididos entre as aldeias Jaguapiru e Bororó. Os tratores entraram em ação com a hora de trabalho sendo paga pela usina de álcool e açúcar.

Ao todo, os pontos agricultáveis da reserva indígena representam 900 hectares, porém a parceria estabelecida já significa um grande avanço, segundo o indígena guarani, Leomar Mariano, que faz parte da Coordenadoria de assuntos indígenas, órgão ligado ao município de Dourados. "Já representa uma boa parte e estas famílias selecionadas são aquelas que mais necessitam do trator para o plantio, sem o trator não há condições de cultivar a terra.

Em outras áreas onde os indígenas dispõem de meios próprios para o plantio da terra, a situação é diferente e este trabalho já está bem adiantado", disse. O principal interesse da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2013

Brasília, 12 de novembro de 2013.

comunidade indígena é pelo cultivo do milho e mandioca. São produtos que servem para serem consumidos internamente, mas também como fonte de renda, já que tem boa aceitação na venda de porta em porta realizada no perímetro urbano em Dourados.

“O milho tem inúmeras funções aqui na reserva e após secar o produto também serve para alimentar as galinhas, a mandioca também serve para muita coisa, além de alimentar as famílias”, disse Leomar Mariano que, inclusive, é técnico agrícola. Cada família tem direito a 1/5 de hectare.

Competição atrai olhares da imprensa mundial para Cuiabá

SÍTIO REPÓRTER MT, 3.11.2013

A imprensa internacional marca presença na 12ª edição dos Jogos dos Povos Indígenas. Entre os representantes da mídia internacional, há profissionais da France Presse, Rassat Documentários (França), Latin America Head Producer (Canadá), Reuters, Al Jazeera, Jornal La Libre Belgique, e jornal The Daily Telegraph, entre outros. Foram registrados aproximadamente 120 credenciamentos, com uma média de cinco credenciais por empresa de comunicação. Equipes da mídia nacional e regional dos principais veículos de comunicação brasileiros também estão presentes.



Jogos atraem mídia internacional para MT
SECOM-MT

Os Jogos dos Povos Indígenas são realizados até o dia 16 de novembro. O encerramento vai contar com show da cantora baiana Margareth Menezes. No período da manhã, estão previstos cinco jogos de futebol por dia. As partidas começaram no sábado (08.11) e vão até a próxima quinta-feira (14.11). As 48 nações indígenas presentes disputam a pelada. As mulheres jogam no Estádio do Moinho e os homens nos mini-estádios do CPA I e CPA IV. Os jogos iniciam às 8h.

As competições como arco e flecha, corrida de toras, futebol de cabeça, entre outras, começam diariamente às 15h30. No mesmo horário também são realizados jogos tradicionais de demonstração como Xaka-akerem Akô e Yamurikumã (lutas).

Feira e encontro nacional

Em paralelo aos Jogos Indígenas, é realizado o I Encontro Nacional de Agentes de Leitura Indígena e a I Feira Nacional de Agricultura Tradicional. Nesta segunda-feira (11.11), por volta das 9h, começou o ciclo de debates, que discute temas como a literatura indígena com autores de obras como o escritor Carlos Tiago dos Santos. Ele também deve falar sobre a literatura como instrumento da preservação da memória indígena na terça-feira (12.11), às 8h30.

No dia 13 de novembro, às 8h30, será discutida a reorganização de bibliotecas da comunidade. No sábado (16), às 8h30, haverá a entrega da biblioteca rural Arca das Letras. O XII Jogos dos Povos Indígenas se encerra às 19h do dia 16.

(Com informações do Ministério dos Esportes)



Campanha quer diminuir violência contra mulheres indígenas rarámuris

SÍTIO AGRO OLHAR, 12.11.2013

MDA

A cultura indígena é fundamentada na manutenção de elementos tradicionais, como a língua, os rituais e a alimentação. Por isso, cada vez mais, populações buscam conservar e recuperar seus cultivos tradicionais. Uma importante ferramenta nesse processo são as trocas de sementes, como a que ocorre dentro da 1ª Feira Nacional da Agricultura Tradicional Indígena, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) durante os Jogos dos Povos Indígenas 2013, em Cuiabá. O evento reúne 15 etnias indígenas brasileiras, que além de comercializarem seus produtos, utilizam o espaço para trocar experiências e sementes com os parentes de outras comunidades.

“Estamos em um momento muito especial. É a primeira vez que se reúne agricultores guardiões de sementes para conversar sobre agricultura indígena.

Como suas roças se estabelecem pela diversidade, quanto maior a variedade de espécies mais segura é a roça em relação a adversidades climáticas e de pragas. Esses momentos de troca são importantes para fortalecer a produção e para garantir a soberania alimentar”, pontua a pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Terezinha Dias.

A população indígena cresce no dobro da proporção da população tradicional, 3,5% ao ano. A parceria do MDA, Embrapa e Fundação Nacional do Índio (Funai) na promoção deste evento destaca o compromisso do Governo Federal na busca pelo etnodesenvolvimento das comunidades indígenas, na produção de alimentos saudáveis em quantidade e qualidade para atender esses povos.

Troca de sementes

O exemplo partiu da experiência Krahô, em 1995. As lideranças do povo buscaram a Embrapa para resgatar sementes de quatro variedades de milhos indígenas fortemente relacionados a sua cultura. Foi o primeiro passo para fortalecer as estratégias tradicionais de segurança alimentar Krahô, a partir do aumento do número de variedades produzidas e, conseqüentemente, a quantidade. Atualmente o processo envolve, inclusive, a produção de mudas.

“Fortaleceu a nossa produção e enriqueceu nossa alimentação”, explica o Krahô Fernando Kropká. Eles, que até então dependiam muito da coleta, passaram a cultivar os próprios alimentos. Daí surgiram as feiras de trocas de sementes, a fim de dividir a experiência e fazer

CONT.



circular as espécies recuperadas. A partir de então, o povo realizou nove eventos deste tipo entre diversas etnias, inclusive com comunidades quilombolas.

Há dois anos, quando tiveram contato com a experiência Krahô, os Tupinambá no sul da Bahia se inspiraram e começaram o próprio projeto de recuperação das plantas tradicionais. A princípio com plantas medicinais, até o resgate de espécies que haviam deixado de produzir.

O projeto começou na escola indígena, com os alunos do ensino infantil. "Acreditamos que trabalhar com as crianças seria a melhor forma de reinserir esta cultura e assim as motivar a permanecer na terra", explica o Tupinambá Erlon Fábio Costa, vice-diretor da Escola Estadual Indígena Tupinambá de Olivença.

Para começar, as aulas de ciências passaram a incluir o cultivo de ervas medicinais tradicionais. O trabalho deu tão certo, que passou a incluir a plantação de hortaliças e a redescoberta de espécies perdidas, como inhame. Hoje, os alimentos são servidos na alimentação escolar e as mudas são distribuídas às famílias para formar as próprias roças. A expectativa é ampliar o projeto para todos os 20 núcleos da escola Tupinambá, alcançando a aproximadamente, 1,2 mil crianças e jovens.



Matis exibem ritual

SÍTIO AMAZÔNIA JORNAL, 12.11.2013

Etnia do Amazonas está participando como convidada dos jogos indígenas 2013

Eles não são atletas profissionais e não estão competindo nos Jogos dos Povos Indígenas de Cuiabá mas, para celebrar o evento, os índios Matis fizeram uma verdadeira maratona. Eles saíram a pé do Vale do Javari, no estado do Amazonas, na fronteira com o Peru, e percorreram, durante quatro dias, quase 300km até o aeroporto da cidade amazonense de Tabatinga, onde pegaram o voo com destino a Cuiabá. As informações são da assessoria dos Jogos Indígenas 2013 que estão sendo realizados na cidade de Cuiabá, capital de Mato Grosso, com apoio do Ministério dos Esportes.

Os índios desta etnia eram antes conhecidos como Matsés, mas o contato com os sertanistas e com os funcionários da Funai os denominou Matis, guerreiros que celebram com outras etnias os Jogos Indígenas 2013. Ainda ontem esses índios preservam o ritual do mariwin que, segundo a tradição, é uma força que vem para expurgar tudo de ruim que cada indivíduo fez ou recebeu, para castigar as crianças que se comportaram mal e também para aumentar a sorte na busca de caça. A tatuagem é um dos adereços usados por esses índios e uma forma de reafirmar sua identidade e de diferenciar-se de outros índios e dos não-índios (nawa, como são chamados os homens brancos por eles). Assim, com o corpo tatuado, eles se referem a si mesmos como mushabo (gente tatuada) ou wanibo (gente da pupunha) e os mariwin (espíritos ancestrais) aparecem em massa em todos os dias dos rituais.

Os Matis chamam a atenção no meio da multidão que se aglomera na região do Jardim Botânico de Cuiabá pelas suas características físicas, enfeites corporais de acordo com suas crenças e culturas, que são os traços que os diferenciam de outras etnias. Para se defender dos perigos das florestas e dos inimigos, eles utilizam uma arma bastante poderosa: a zarabatana, uma espécie de flecha que tem capacidade para matar uma onça. Na ponta do instrumento é colocado um veneno que imobiliza a vítima.

Segundo Carlos Terena, um dos organizadores dos Jogos Indígenas, este ano os Matis trouxeram uma novidade para o evento: com eles vieram pela primeira vez duas mulheres, o que mostra que o convívio e a troca de experiências com outras etnias mudam o comportamento e a forma de pensar desses povos, que ainda guardam os costumes e as tradições dos seus ancestrais.



Desocupação de área indígena contabiliza morte de 25 pais de família

SÍTIO NORTÃO NOTÍCIAS, 12.11.2013

Até o momento, 25 pais de família morreram de depressão, alcoolismo e assassinatos após a desintrusão das famílias da gleba Suiá-Missú, ocorrida no final do ano passado. Os dados foram apresentados ontem (11) ao deputado Ezequiel Fonseca (PP), pelos vereadores Nivaldo Levino (PP) e Jailton (PROS) do município de Alto Boa Vista.

Segundo os vereadores, após a desocupação da área, houve um descaso por parte do poder público que se estende até os dias de hoje. Muitas das famílias que tiveram que deixar suas casas passam por sérias dificuldades, em especial as do projeto Casulo, do Governo Federal. Conforme o parlamentar, O local é formado por brejo e as famílias fizeram suas casas após a doação de lonas pretas.

“Esse projeto é mentiroso, mais conhecido como vila da miséria, um loteamento com 192 famílias que estão passando fome. Não tem como levar água, nem médico para o local por conta do brejo, a situação é muito triste, lá só entra de trator. A prefeitura estava fazendo a doação de cestas básicas, mas não está tendo condições de continuar com o apoio”, relatou o vereador Nivaldo.

Ainda de acordo com os parlamentares, o sustento das famílias está ocorrendo por meio eventos promovidos por empresários, a fim de arrecadar fundos. Psicólogos contratados pela prefeitura e das igrejas que estão realizando trabalhos junto aos moradores.

No encontro com o deputado, os vereadores pediram empenho para conseguir uma ambulância, haja vista que atualmente uma viatura da prefeitura está sendo utilizada para transportar pacientes até São Félix do Araguaia, distante mais de cem quilômetros.

Da Redação

Índia bailarina emociona espectadores ao dançar nos Jogos dos Povos Indígenas, em Cuiabá

SÍTIO MINISTÉRIO DO ESPORTE, 12.11.2013



A diversidade cultural tomou conta dos Jogos dos Povos Indígenas 2013 em Cuiabá, mas a maior surpresa para os espectadores foi a presença da representante do Panamá, a índia e professora de balé clássico e dança tradicional indígena, Iguandili López. A única bailarina da etnia Guna conhecida nacionalmente apresentou-se no domingo à noite (10.11) no desfile das mulheres indígenas e, ao dançar ao lado de um índio Pataxó, encantou a plateia com a coreografia da dança do cocá.

A índia da etnia Guna tem 40 anos de idade, dança desde os 13 e estudou balé clássico. No Panamá desenvolve, como professora, um trabalho destinado a alunos de 13 a 30 anos de idade, na escola pública de dança do Instituto Nacional de Cultura (INAC), da Universidade do Panamá. Segundo a bailarina, a dança tradicional indígena de sua comunidade exige que o bailarino sinta a música, o ambiente e as pessoas, além de mostrar muita sensualidade.

Em 2007, foi criado o Centro Cultural, voltado para que as crianças que nascem na comarca de Guna Yala tenham contato com a cultura. As crianças são orientadas a aprender outros tipos de dança, além das tradicionais. Pela primeira vez presente nos Jogos Indígenas do Brasil, Iguandilli torce pela realização dos Jogos Mundiais Indígenas, que provavelmente serão realizados em julho de 2015, aqui no Brasil. "Vou lutar para trazer um grupo de bailarinos Guna e mostrar a nossa cultura", afirmou a índia.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2013

Brasília, 12 de novembro de 2013.

A bailarina viaja com outros colegas, inclusive com o seu marido, que é coreógrafo, para levar a cultura da dança tradicional da etnia Guna a outros países. Sem nenhum apoio financeiro, faz tudo por iniciativa própria, a fim de divulgar a dança indígena pelo mundo. O próximo passo da bailarina Guna é fazer doutorado em dança, com o objetivo de ficar mais perto dessa realidade. "Aqui no Brasil, estou pesquisando onde pode desenvolver esse trabalho", concluiu.

Cleide Passos, de Cuiabá

Foto: Francisco Medeiros

Ascom – Ministério do Esporte

Acompanhe as notícias do Ministério do Esporte no Twitter e no Facebook

Sem muita organização, Jogos Indígenas tem muitas reclamações

SÍTIO 24 HORAS NEWS, 12.11.2013

Índios, imprensa e visitantes reclamam da organização e estrutura do evento



Índios reclamam da organização dos Jogos que se realizam em Cuiabá

Repercutido no mundo inteiro, o 12ª Jogos dos Povos Indígenas sediado em Cuiabá era para ser uma confraternização, mas está recebendo muitas reclamações por parte dos visitantes, da Imprensa, dos voluntários e até dos próprios Índios.

Ao chegar no local todo aberto, com muita poeira e nenhuma árvore, os visitantes sofrem com forte calor . Sem ter o que fazer quando não está acontecendo competições, as pessoas tem a única opção de ir a feira de artesanato, que além de ser muito quente teve muitas reclamações com os altos preços dos produtos.

A falta de informação como a programação e um site (o evento tem uma página no Facebook) também vem sendo uma falha. Além disso, muitos jornalistas que ali estão para fazerem a cobertura reclamaram das pessoas que estão na linha de frente da organização do evento, que em vez de ajudar estão atrapalhando.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2013

Brasília, 12 de novembro de 2013.

A repórter fotográfica Mary Juruna foi uma das que foi prejudicada em fazer seu trabalho, por pessoas que eram para ajudar e não queriam deixar a profissional fazer seu trabalho e até ameaçaram tomar sua câmera.

Os índios também estão incomodados. As reclamações variam de falta de ônibus para fazer compras no centro da cidade, falta de banheiro, falta de água e a demora em abrir o refeitório. Segundo o Instituto Peruano de Desporto (IPD), após três dias de viagem, os 27 índios da etnia Hambut, da região de Madre de Dios, no Peru, optaram por se alojar em um hotel a ficar na vila. Eles disseram que a decisão se deu por dois motivos: o primeiro pela falta de espaço e o segundo pelas más condições do local do evento.

A competição que conta com 48 etnias e tribos de 16 países começou na última sexta-feira (8) e vai até o próximo sábado (16). Os jogos estão sendo realizados no Jardim Botânico, no bairro Sucuri em Cuiabá.



Produtores impedem invasão a tiros e trator é queimado na porta de fazenda
SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 12.11.2013

Cerca de 20 índios da etnia Terena tentaram ocupar uma propriedade rural em Miranda, a 201 quilômetros da Capital, na madrugada desta terça-feira (12). Segundo um líder indígena, Teófilo Rodrigues, 58 anos, houve retaliação por parte dos fazendeiros e o grupo se dispersou após um tiro disparado próximo ao pé de um índio. Os produtores rurais garantem que os indígenas estavam munidos de espingardas, arco e flecha e que eles seriam os responsáveis por atear fogo em um trator estacionado na entrada da fazenda.

"Nós chegamos por volta das 5h30 e chamamos pelo dono da Fazenda Garrote. Ele nos recebeu alvejando o pé de um dos nossos índios, porém o tiro não acertou e nos dispersamos. Mesmo assim, deixamos um trator na entrada da fazenda, sendo que uma hora depois outros fazendeiros se juntaram e incendiaram totalmente o veículo", acusa o líder.

Já o produtor rural Assunção Júnior, 45, que é vizinho de uma área invadida, ressalta que ação criminosa ocorreu por parte dos indígenas. "Eles já chegaram tentando intimidar a família, falando que ali ocorreria uma manifestação e que eles iriam tomar a terra do chacareiro. É um local de 55 hectares, onde reside uma família, inclusive com duas adolescentes de 12 e 14 anos. Enquanto o dono conversava com os índios, a esposa dele ligava para amigos e vários fazendeiros foram chegando, o que assustou os indígenas", comenta o produtor.

Neste momento, revoltados com a impossibilidade de ocupar o local, os indígenas conseguiram fechar a entrada da fazenda e colocaram o trator, conforme o produtor rural. "Eles colocaram fogo e inverteram a história, falando que é culpa do chacareiro. Vivemos aqui com medo dessa ameaças e muitos sabem que eles não falam a verdade", lamenta o produtor.

Neste momento, os indígenas estão na Aldeia Passarinho e aguardam a chegada da Polícia Federal para a realização da perícia. "Já foi feita uma ocupação nesta mesma sede no ano de 2007 e 2008. Sabemos de um estudo antropológico e queremos uma solução por parte do Governo Federal", explica a liderança.

A assessoria de imprensa da Polícia Federal informou que uma equipe está se deslocando para o local.



III Fórum de Educação Quilombola discute estruturas de ações educacionais
SÍTIO PORTAL AFRICAS, 12.11.2013

ASCOM/SEC – Discutir a estruturação das ações para a educação quilombola no Estado. Este é o objetivo central do III Fórum de Educação Quilombola, evento realizado pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia, juntamente com o Fórum de Educação Quilombola, que acontece até quarta-feira (13/11), no Hotel Vilamar, em Salvador.

O encontro foi aberto oficialmente nesta segunda-feira (11/11) e conta com a participação de professores, coordenadores e gestores das redes públicas estadual e municipal de ensino, além de pesquisadores da área e representantes de universidades, movimentos sociais e integrantes de comunidades quilombolas. “Apesar de existirem as diretrizes nacionais, a Bahia sai na frente com a criação das diretrizes estaduais para educação quilombola, já aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação,” destaca a superintendente de Desenvolvimento da Educação Básica da Secretaria da Educação do Estado, Amélia Maraúx.

Ela afirma, ainda, que a partir deste momento, é possível definir os conceitos pedagógicos para a formação de professores e produção de materiais didáticos “para que a gente possa qualificar a oferta da educação escolar quilombola na rede estadual”. O doutor em antropologia Fábio Lima, que ministrou a palestra de abertura, “Educação Escolar Quilombola: conquistas e desafios contemporâneos”, destacou a importância do debate. “É, antes de tudo, uma política de ação afirmativa. É você reconstruir uma história que foi lapidada sob um olhar eurocêntrico”, considerou.

Entre as participantes, estava a professora Suzane Fagundes da Silva, do ensino fundamental da Escola Municipal de 1º Grau de Tijuáçu, comunidade quilombola localizado a 22km do município de Senhor do Bonfim. “É importante termos essa preparação de educadores para atuarem nestas regiões. A comunidade de Tijuáçu tem quase 6 mil habitantes e não tínhamos professores prontos para ensinar a cultura e valor do quilombola.

A partir destas diretrizes, vai ser obrigatório o ensino deste conhecimento”, afirmou. Outra professora, a educadora social Hilda Costa Araújo, da comunidade quilombola Lage dos Negros, em Campo Formoso, fala da importância da realização do fórum. “Eventos como esse nos dá a oportunidade de trazer à tona nossa realidade e mostrar que temos que possuir um olhar diferenciado para a questão da educação quilombola”, disse.

Outras temáticas como: Infraestrutura nas Escolas Quilombolas: transporte, alimentação escolar e construção de escolas; Relações de Gênero, Raça e Educação Especial nos Quilombos; Estratégias para Efetivação/Implementação da Educação Escolar Quilombola; Saúde da População Negra e Educação Quilombola; Intolerância Religiosa e Educação Quilombola também serão discutidas durante o fórum.

Urgente: No MS, fazendeiros atiram contra indígenas, incendeiam trator e expulsam comunidade Terena

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.11.2013

Ruy Sposati, de Campo Grande (MS)



Terena que lutaram na Guerra do Paraguai, enquanto suas terras eram roubadas. Acervo Comissão Rondon s/d.

Fazendeiros expulsaram a tiros indígenas do povo Terena que haviam retomado a área de uma fazenda que incide sobre a área reivindicada como terra indígena Pillad Rebuá, no município de Miranda (MS), no Pantanal, nesta terça-feira, 12. Um trator pertencente à comunidade também foi incendiado. Ninguém ficou ferido. As informações são de lideranças Terena que estavam no local.

Cerca de 20 famílias da aldeia Passarinho – parte dos 94 hectares hoje ocupados por cerca de 2,2 mil Terena em Pillad Rebuá – ocuparam a área. na manhã de terça. Os indígenas relatam que tentaram dialogar com os fazendeiros que estavam na propriedade. “Nós explicamos que queríamos dialogar, que a terra era indígena, que nós estávamos pressionando para que os estudos sejam feitos. Nós não queremos confronto”, relata um indígena. “Mas ele não queria entendimento, ele partiu pra agressão”. Segundo o indígena, o homem telefonou para outros fazendeiros da região, que foram então ao local.

Uma liderança que estava próxima ao local do conflito expõe a tensão. “Eu ouvi o grito do fazendeiro, dizendo: ‘vou colocar fogo nessa merda aqui!’ Eu não sabia onde ele ia colocar fogo. Quando olhei, era a fumaça no trator”, explica. “Eles também dispararam as armas. Eles atiraram na gente. A gente não quer confronto, então a gente recuou, a gente voltou [para a aldeia Passarinho]”.

Pillad Rebuá

O caso aconteceu na área reivindicada como Terra Indígena Pillad Rebuá, No mês passado,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2013

Brasília, 12 de novembro de 2013.

cerca de 300 indígenas do povo Terena retomaram duas propriedades localizadas dentro do território, onde foram atacados por homens armados em caminhonetes. Cápsulas de 9mm foram encontradas no local e entregues à Polícia Federal. Os Terena exigem que seja instituído o Grupo de Trabalho (GT) para finalizar o processo de identificação e demarcação de Pillad, cuja dimensão apontada nos laudos pela Fundação Nacional do Índio (Funai) é de 10.400 hectares.

Hoje, Em Pillad, cerca de 2,2 mil indígenas vivem em 94 hectares, divididos em duas aldeias, Moreira e Passarinho. O território recebeu seu primeiro registro de reconhecimento pelo Estado em 1904. Um processo de demarcação teve início em 1950, mas não seguiu.

Ainda em Miranda, os Terena retomaram uma propriedade arrendada para criadores de gado que incidia sobre a terra indígena Cachoeirinha, declarada pelo Ministério da Justiça em 2007 mas com processo de demarcação parado no Supremo Tribunal Federal (STF). A fazenda de 600 hectares tem como proprietário Pedro Paulo Pedrossian, filho do ex-governador biônico da ditadura militar, Pedro Pedrossian.